

433 ROP CONSEMA

00:13:59 Glória Roberta Paffi: Muito bom dia, senhora secretária Natália, senhor Jonatas Trindade. Verificado o quórum, dou por iniciada a 433ª Reunião Ordinária do CONSEMA, na qual passo a cumprimentar os que compõem a mesa, a presidente Natália Resende, secretário Jonatas Trindade e os demais que nos acompanham presencialmente e pelo modo virtual. Submeto a ata da 431ª Reunião Ordinária do CONSEMA para aprovação da presidência, no qual dispensa a leitura da mesma, considerando que foi enviada previamente para o conhecimento de todos. Senhora presidente?

00:14:46 Natália Resende: Obrigada. Bom dia. Muito obrigada pela participação de todos que estão aqui presentes, virtualmente também. Vou fazer alguns destaques do briefing que a gente encaminhou para vocês. A gente fez um evento muito bom, muito profícuo sobre justiça climática, ressaltando a prioridade para a questão de adaptação, resiliência climática, com a participação da sociedade civil, servidores públicos, academia, representantes das três esferas, no dia 2 de abril, e trouxe também muita contribuição para a gente, né, Marina? Para a gente desenvolver o nosso Plano de Adaptação e Resiliência Climática, que a gente colocou a meta até o fim do ano para a gente finalizar. A gente soltou também o Edital de Convocação para o conselho da PEMC, isso também vai nos ajudar muito aqui na formulação da Política Estadual de Mudanças Climáticas, estimular o debate sobre conservação biológica, a gente abriu o Edital no dia 5. Também, a gente publicou três resoluções nos últimos meses em prol da sustentabilidade, uma delas de reformulação, de melhoria, aprimoramento do Município VerdeAzul, e aí deixo aqui também o convite para todos consultarem, olharem, porque foi fruto de muita contribuição. A gente fez consulta pública, conversou, dialogou muito, e aí a gente acrescentou diretivas muito importantes para a gente, como por exemplo essa questão das mudanças climáticas, do Zoneamento Ecológico Econômico, vários pontos que a gente, em conjunto com os municípios, em conjunto com a sociedade, a gente achou importante incorporar. Outras também para a gestão de fauna, diretrizes, para soltura, Plano de Proteção a Biodiversidade, a gente está sempre tentando normatizar, dar segurança jurídica e deixar tudo de uma forma muito institucional. Participou também, a SEMIL participou da soltura de nove araras-azuis-dê-Lear, efetivada neste mês, lá numa região de caatinga, no nordeste da Bahia, trabalho maravilhoso que o CecFau (Centro de Pesquisa e Conservação de Fauna do Estado de São Paulo) faz, a gente agradece, parabeniza muito o trabalho que o pessoal faz. E na última semana a gente fez um evento que foi muito bom também sobre o detalhamento, os municípios das novas normas para Licenciamento Ambiental, da normativa que a gente aprovou aqui, foi uma participação muito grande, a gente ficou muito feliz, a participação da ANAMMA também, a gente agradece muito, e explicando, trazendo, explanando, acho que é sempre importante a gente dar publicidade, tirar dúvidas, esclarecer, ser sempre muito transparente. Nas últimas semanas também a gente fez um balanço do Integra Tietê e aí, em cada um dos seus eixos, na parte de saúde e qualidade de vida, com a questão do saneamento, de fazer conexão para mais de 640 mil pessoas, aumentando os investimentos, até 2029, em 23.5 bi, isso também faz parte do processo de desestatização da Sabesp. Na parte de controle de cheias, a remoção de 1.4 milhão de metros cúbicos por parte do DAEE, o maior volume nos últimos oito anos. Aqui no Pinheiros também foram mais de 443 mil m³, maior que a média dos últimos 12 anos. Também por parte da Cetesb, a criação de 19 novos pontos de

medição, a instituição da 47ª Agência Ambiental, para a gente conseguir também ter muito foco, celeridade e eficiência. E, por fim, só um último destaque aqui no Programa Rios Vivos, que é tão importante para a gente garantir escoamento, mitigação de cheias, a gente também fez um balanço e nesse último ciclo, 37 rios foram atendidos com remoção de 259 mil m³ de resíduos, investimento de mais de 22 milhões só nesses 37 rios. Só para fazer alguns destaques aqui, Roberta, e aí eu passo para você para a gente entrar na nossa pauta, agradecendo novamente a participação de todos aqui.

00:19:19 Glória Roberta Paffi: Obrigada, senhora secretária Natália Resende. Feitas as comunicações da presidência, passo então a informar as comunicações da Secretaria Executiva. É sobre as Audiências Públicas, que se realizarão no dia 25 de abril de 2024, amanhã, no qual convido a todos os conselheiros e demais interessados a participarem, podendo acessar as informações no site da SEMIL, na página do CONSEMA. A futura Audiência Pública tratará do Eia Rima de Segregação Sudeste, SSE, do Transporte Ferroviário de Cargas e Trevo Central Compartilhado, TCC. Informo também que ocorrerá amanhã, no dia 25 de abril, a 66ª Reunião da Comissão Temática de Políticas Públicas, às 9 horas, pelo ambiente virtual. Passaremos agora para os assuntos gerais, para manifestações dos conselheiros, na qual eu peço que se inscreva e faça a sua inscrição. Tenho aqui já como primeiro inscrito o senhor coronel Carlos Navarro, na sequência, Rogério Menezes.

00:20:29 Coronel Carlos Navarro (SSP): Bom dia a todos. Secretária Natália, subsecretário Jonatas, Roberta, todos os conselheiros, bom dia a todos. Só para dar algumas notícias aqui do trabalho que vem sendo realizado em campo pela Polícia Militar Ambiental, eu gostaria de trazer algumas ocorrências que foram destaque no mês de abril e tiveram grande cobertura, inclusive midiática, local, e que tem alguns impactos positivos, tanto para o meio ambiente, como também para a segurança do homem no campo. Em Biritiba Mirim, nós tivemos uma quadrilha, através de um trabalho de inteligência, uma quadrilha de caça presa, várias armas, munições, inclusive animais abatidos. Em São Vicente, numa Unidade de Conservação, lá no Xixová-Japuí, dentro das nossas atividades de preservação das Unidades de Conservação, das rondas que a gente efetua, foram localizados também, através do serviço de inteligência, 2,5 kg de maconha escondidos dentro da Unidade de Conservação, e mais de 10 mil pinos de entorpecente, cocaína, também escondidos dentro da Unidade de Conservação, então o nosso pessoal está trabalhando firme e pesado para evitar que o crime organizado entre nas Unidades de Conservação. Em Barretos, e dentro da proteção do homem do campo, nós tivemos um trator recuperado também, no valor de 100 mil reais, graças também a nossa atividade de patrulhamento rural, ambiental, questão preventiva de proteção do homem no campo. Uma ação integrada com a polícia de Minas Gerais, nós tivemos a prisão de um indivíduo que fazia parte de uma quadrilha que desviava defensivos agrícolas, foram apreendidos, na divisa de São Paulo com Minas Gerais, cerca de 10 milhões de reais em defensivos agrícolas que poderiam ser utilizados indiscriminadamente para a contaminação do solo, para a contaminação dos lençóis freáticos, enfim, então a gente vem trabalhando forte nesse sentido também. E preventivamente, para finalizar, nós tivemos o 10º encontro com o setor sucroenergético, o Rafael Frigerio esteve presente lá também, obrigado pelo apoio, e nós conversamos lá, tínhamos mais de 200 pessoas representando o setor, foi muito produtivo, acho que proveitoso, isso dentro de um alinhamento de ações preventivas para a gente evitar danos, evitar

queimada, dentro do program São Paulo Sem Fogo, então, é o estado de São Paulo, Secretaria, Polícia Militar, unidos em prol do meio ambiente. Conte com a gente, secretária, meu muito obrigado e um excelente dia de trabalho a todos.

00:23:36 Glória Roberta Paffi: Obrigado, coronel Carlos Navarro, pelas informações. Passo agora para o senhor Rogério Menezes.

00:23:49 Rogério Menezes (ANAMMA): Muito bom dia a todos e a todas, senhores conselheiros, conselheiras. Vou pedir licença aqui para cumprimentá-los através da pessoa da secretária Natália, da Roberta, e também do nosso subsecretário Jonatas. Cumprimentar todos os demais conselheiros através da Malu, da Marina, da Cristina aqui presentes presencialmente e a todas e todos que estão virtualmente através da doutora Rosa Ramos, da OAB. Dizer que nossa palavra hoje é de agradecimento e de registros positivos. Nós tivemos a publicação do novo edital da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, e fizemos recentemente, semana anterior, uma reunião virtual com a presença do secretário Jonatas, a qual a gente agradece, o qual participaram mais de 50 gestores de diversas cidades do estado, esclarecendo o edital da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, que começa a ter perspectiva de chegar a parte que lhe cabe aos municípios paulistas. Também falar do evento da Deliberação CONSEMA número 01, de 2024, que votamos aqui, que foi muito exitoso, agradecer a parceria com a Cetesb, através da Mayla, que eu vi por aqui também, já que o presidente Thomaz não está aqui, mas também deixar o agradecimento a ele, por todo o esforço que houve, principalmente da equipe da Cetesb, para que aquele evento acontecesse como foi, com toda a importância que foi dada, a secretária presente, mais de 2 mil pessoas interagirem com o conteúdo no pós evento e durante o evento, uma participação muito grande, grande interesse dos municípios paulistas, e também o auditório cheio, ou bem cheio, não lotado, mas como um bom público presencialmente, então foi muito interessante a perspectiva, e assim, não é qualquer evento, que às vezes a gente olha os eventos e fala: "não, mais um evento", não, é um evento que a ANAMMA vinha buscando fazer com o governo do estado há várias gestões, vários secretários de estado foram procurados por nós na tentativa da gente fazer um evento que unisse a Cetesb aos municípios licenciadores e discutissem impacto local e municipalização do licenciamento ambiental. Então isso aconteceu uma vez, mas não de forma coordenada como aconteceu hoje, em 2019, agora a gente conseguiu fazer da forma que a gente imaginava. Então para a gente foi muito, mas muito importante mesmo, uma demanda antiga dos municípios paulistas, que foi atendida pelo governo do estado. E também fazer menção, que eu fui procurada pelo presidente da Cetesb, o Thomaz, para, no sentido da implantação da Comissão Tripartite Estadual, com representantes da União, estado e municípios, no âmbito de fortalecimento do SISNAMA, do Sistema Nacional de Meio Ambiente, também uma conquista da ANAMMA junto ao Ministério do Meio Ambiente, saiu a portaria da ministra, saiu a portaria no Diário Oficial da União, organizando as Comissões Tripartites Estaduais em todos os estados da federação, São Paulo não podia ser diferente, então o presidente Thomaz, da Cetesb, já nos procurou e a perspectiva é que a gente comece a fazer reuniões periódicas, estado municípios e Ibama, para tratar de questões do licenciamento e outras que sejam de interesse dos órgãos federativos nos diversos níveis. Então, era isso que eu queria registrar, é muito bom quando a gente, para além do diálogo, a gente consegue as realizações conjuntas, a gente consegue realmente avançar na execução das ações, e então trazer esse

registro por parte da ANAMMA São Paulo, da nossa satisfação com o momento em que vivemos nessas parcerias. Muito obrigado.

00:28:22 Glória Roberta Paffi: Obrigada conselheiro Rogério Menezes, passo próximo inscrito, Rodrigo.

00:28:29 Rodrigo Levkovicz (FF): Bom dia a todos. Bom dia, secretária, Jonatas, Roberta. Rapidamente, até pegar o gancho, em relação a municipalização do licenciamento, Rogério, para que a gente possa conversar junto, porque vamos ter bastante interface em razão das Unidades de Conservação, e até para não travar na Fundação Florestal, e para a gente ter os processos de oitivas bem regulamentados, a ideia é que a gente faça junto com vocês também e defina um procedimento comum para o estado como um todo, pelo menos da nossa oitiva, com prazos razoáveis, para que a gente possa caminhar, então é importante, fica aí depois para gente conversar. Trazer aqui dois informes, primeiro agradecer à Câmara de Compensação Ambiental, a gente teve duas aprovações semana passada, sob a condução do Jonatas. A Operação São Paulo Sem Fogo iniciou, vamos ter 57 postos de bombeiros civis, mais aceiros, mais aquisição de equipamentos, tratores, mas as equipes já estão em campo fazendo as medidas de prevenção. Esse é um ano que vai ser um ano bastante puxado, precisamos do apoio da Polícia Militar Ambiental, como sempre, bombeiros, CFB, mas é importante fazer esse registro, porque agora que vai fazer a diferença para os meses que vão vir. E dizer que também a gente conseguiu aprovação da segunda etapa do Programa de Conservação da Palmeira Juçara, hoje o PSA vai ser endereçado para 200 famílias, mas é mais do que um PSA, é capacitação, é compra de sementes. Saiu agora o novo edital de compra de sementes, no valor de 12 reais o quilo, então peço para que os conselheiros, principalmente quem tem atuação no litoral norte, Vale do Ribeira, nos ajudem nessa divulgação, a gente entende que faz a diferença na vida das pessoas. O edital saiu semana passada, vai ficar aberto para cadastramento dos beneficiários, para os vendedores, é bastante importante ter essa articulação. Então, eram esses os informes, agradeço. Ah, e eu acho que também a pauta do dia, a gente vai avançar na Estrada de Bombas, demorou um pouco, porque a gente dependeu de aprovações do Iphan e do Condephaat, elas saíram, está, inclusive, até na pauta aqui regulamentar, é importante que a gente avance hoje, e aí eu me coloco à disposição caso haja a necessidade de fazer algum esclarecimento para algum conselheiro, mas se possível, se a gente puder avançar e fazer essa conversa no paralelo, porque a gente tem pressa para construção da estrada, é um compromisso da secretária, é um compromisso nosso. Agradecer toda a equipe da Cetesb, ao Thomaz, ao Jonatas, que a gente conseguiu avançar em time, e é bastante importante, então obrigado.

00:31:34 Glória Roberta Paffi: Muito obrigado, Rodrigo, pelos esclarecimentos. Passo agora ao próximo inscrito, Rafael Frigerio.

00:31:40 Rafael Frigerio (CFB): Bem, bom dia a todas e todos. Vou na linha das falas do coronel Navarro e do Rodrigo, fazer um informe sobre a Operação São Paulo Sem Fogo, o Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais num momento importante, iniciamos, no início de abril, a fase amarela da operação, momento ali de concentração de esforços nas ações preventivas e de preparação para o cenário que está por vir, como colocou Rodrigo, é um momento de articulação, de organização e de reunião dos esforços entre todos os entes participantes, para

que a gente possa ter o melhor cenário de prevenção, preparação e combate, nessa operação São Paulo Sem Fogo, que terá, no início de junho, ali a sua fase vermelha iniciada, o momento mais crítico, com foco especial na segunda quinzena de agosto e primeira quinzena de setembro, que são historicamente os períodos mais críticos, mas sempre temos que estar atentos ao cenário. Eu vou destacar aqui como ações deste momento da operação, a fase amarela, o Plano Anual de Comunicação Preventiva, então a gente vem trabalhando firme com todas as instituições, comunicação da SEMIL articulada com a Secom, Secretaria de Comunicação, que é quem vai liderar e vai fazer a gestão desse Plano de Comunicação, reunindo todas as questões relativas aos entes participantes, sempre um esforço para a continuidade da adesão de municípios, Operação São Paulo Sem Fogo, a gente sabe da importância dos municípios enquanto agentes locais nessa operação para além de toda a estrutura e organização existente entre os entes estaduais. Outro ponto importantíssimo nesse informe, a formação e capacitação de brigadas municipais, institucionais ou voluntárias, nós temos ali todo um trabalho encampado pela Defesa Civil Municipal, com oficinas regionais, com foco nos municípios e todos aqueles atores que precisam estar antenados com essa realidade do fogo fora de controle. No contexto de formação e capacitação, também a importância da realização de treinamentos e capacitações nas Unidades de Conservação, com liderança da própria Fundação Florestal, mas também com aporte importantíssimo do corpo de bombeiros, do comando do corpo de bombeiros. Polícia Militar Ambiental, com a fiscalização preventiva e repressiva contra o uso irregular do fogo, já intensificando os trabalhos, logicamente que vão ter um trabalho árduo mais adiante quando a estiagem, efetivamente se apresenta, mas também todo um trabalho importantíssimo realizado pela polícia preventivamente com base na operação HURACÁN, que é justamente uma primeira passagem pelas propriedades e pelas áreas do território, para justamente verificar se as ações de prevenção vêm sendo tomadas de forma adequada. Não preciso nem dizer do monitoramento contínuo, do risco e da situação dos incêndios florestais, mesmo que não estejamos num período mais crítico, falando de dados de série histórica, sempre atentos, porque a qualquer momento a gente pode ter oscilações. Estamos num momento em que a umidade relativa do ar já se apresenta mais baixa, e juntamente com outros fatores, vai intensificando o cenário de risco e a necessidade de maior atenção. Já aqui caminhando para os últimos pontos do informe, operacionalização dos polos regionais da Operação São Paulo Sem Fogo, e dos planos de prevenção e combate a incêndios florestais das Unidades de Conservação, então esse é um trabalho importantíssimo, bem na linha do que o Rodrigo colocou, dos recursos disponíveis, de toda a estrutura já estabelecida e viabilizada para que a gente possa ter o melhor desempenho possível, como eu coloco, nessas três frentes prioritárias, de prevenção, preparação e combate. E por fim, vou trazer aqui a referência da contratação de aeronaves de asa fixa para o combate aos incêndios florestais, então esperamos que a gente não tenha nenhum acionamento, como foi no exercício de 2022, ou seja, foi possível conter as ações e as ocorrências sem a necessidade desse combate aéreo, com aeronaves de asa fixa, mas importante sinalizar que estamos nesse momento aqui já renovando a ata de registro de preços, liderado pela Defesa Civil Estadual, e com aporte importante de todos os entes participantes, com horas de vôo, recursos empenhados para que se houver essa necessidade, a gente possa ter a melhor estrutura de combate disponível. É isso, obrigado.

00:36:07 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Rafael Frigerio. Próxima inscrita, Marina, por gentileza.

00:36:15 Marina Balestero: Bom dia a todos e a todas presentes, a todos que estão nos acompanhando online. Eu queria fazer duas complementações aos destaques feitos pela secretária Natália, o primeiro, que na semana passada a gente lançou o edital do prêmio Franco Montoro, do PMVA 2024, ele está atendendo a nova resolução do PMVA, então esse ano a gente tem um ciclo diferente, é um ciclo de transição, onde a gente vai ter mais tempo para trabalhar com os municípios para eles se adequarem aos novos critérios, e para isso a gente vai ter um prêmio Franco Montoro agora, que vai ser a seleção de projetos municipais e de arranjos intermunicipais, de soluções baseadas na natureza, de temas como gestão de água, reflorestamento urbano, jardim de chuva, telhado verde, agricultura urbana e periurbana e proteção da biodiversidade. O edital está disponível no site da SEMIL com os maiores detalhes, e os municípios e os arranjos intermunicipais podem enviar os projetos até dia 15 de maio para o e-mail do PMVA, e a gente vai divulgar os resultados da premiação em junho, na semana do meio ambiente. E a outra complementação sobre o evento de justiça climática, o evento foi muito bom mesmo, a gente passou o dia discutindo sobre as diferentes dimensões da justiça climática, então, falando de raça, gênero, renda, idade. Foram debatidos desafios, recomendações para aplicação de políticas públicas, não só do PEARC (Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática), mas especialmente para o PEARC, então a gente ressaltou a importância dos espaços de escuta mais próximos das populações vulnerabilizadas, a importância da produção e divulgação de dados específicos para essas dimensões da justiça climática, para a gente poder fazer um diagnóstico e um monitoramento melhor da justiça. Também teve a importância da discussão dos espaços de governança e também como a gente compatibiliza a elaboração de uma política pública feita de forma participativa e a urgência climática que pede medidas para ontem, então, foram alguns pontos que foram destacados no evento. Para quem não pôde assistir, o evento continua disponível, a gravação, no canal do *YouTube* da SEMIL, e a gente já teve mais de 2 mil visualizações desde então. Então, convido a todos para poder assistir e contribuir nesse processo, obrigada.

00:38:38 Glória Roberta Paffi: Obrigada Marina pelas informações. Passo agora para o conselheiro Roberto Resende.

00:38:47 Roberto Resende (Iniciativa Verde): Bom dia a todos. A gente gostaria de fazer três considerações aqui, primeiro reforçando da reunião anterior, um pedido de informações sobre a aplicação da Câmara de Compensação Ambiental, dos recursos da CCA, até engatando com questão, por exemplo, colocada aqui pelo Rodrigo, pelo Rafael, sobre o São Paulo Sem Fogo, a própria estrada lá de Bombas também, e reforçando que a gente faz essa demanda, até como participante de vários dos conselhos de atuação com Unidades de Conservação do Vale do Ribeira, as comunidades locais, os atores lá, demandam muito da questão dos recursos da compensação para questões de infraestrutura e combate a incêndio também, então acho que seria interessante para vários outros temas, mas a partir desses dois que foram colocados aqui, a preocupação das comunidades sobre o perfil do uso desses recursos para ajudar a orientar as próximas utilizações. A segunda questão é referente até ao aviso que a secretária Natália colocou, a chamada para o Conselho

da Política Estadual de Mudanças Climáticas, a gente estranha um pouco o formato da sociedade civil ser através de sorteio, se o CONSEMA tem essa experiência de cadastro do CADEIA, de um cadastro prévio, eleição antes, das entidades, então a gente só queria registrar aqui que talvez não fosse a melhor forma, de duas entidades da sociedade civil, mandato de dois anos, serem escolhidas mediante sorteio dos interessados, um conselho da importância que é o Conselho da Política Estadual de Mudanças Climáticas, então a gente gostaria de sugerir uma reavaliação a respeito de usar a própria experiência aqui do CADEIA e do CONSEMA de como assimilar e incorporar a participação da sociedade civil num colegiado tão importante. E, por último, uma preocupação também ligada à questão de mudança climática, mas também à Infraestrutura, que alçada dessa pasta, essa semana a gente começou a ver no noticiário o projeto da nova Raposo, que é a duplicação da Raposo Tavares no trecho metropolitano, e o debate, que já está colocado aqui, independente da questão de impacto em bairros, mas mais é a questão da incoerência em relação ao próprio Plano de Ação Climática, que vários pontos fala de reforçar o modal ferroviário, transporte sob trilhos, a integração do transporte metropolitano inteligente e a priorização em detrimento aparente, o noticiário, como está sendo colocado, da própria linha 22 do metrô, expansão até Cotia, e reforçar o modo rodoviário, com impactos tanto locais e regionais grandes, mas principalmente na questão de uma aparente incoerência com o próprio Plano de Ação Climática do governo do estado de São Paulo, por essa opção de reforçar o modo rodoviário mais uma vez. Obrigado.

00:41:51 Glória Roberta Paffi: Obrigada, conselheiro Roberto Resende, passo ao próximo inscrito pelo modo virtual, Ricardo Crepaldi, bom dia.

00:42:09 Ricardo Crepaldi (ABES): Bom dia a todas e todos, na pessoa da secretária Natália Resende, cumprimento a todos da mesa. Bom, gente, eu queria dar somente três rápidos recadinhos aqui, o que eu acho mais importante que eu já venho falando há algumas reuniões, estaremos na semana que vem, na sexta-feira, dia 3, fazendo o evento da discussão sobre a poluição atmosférica com base no caso do chumbo de Bauru. Vamos passar o documentário, o produtor conseguiu uma autorização para que esse documentário também fosse passado ao vivo, então a gente vai estar com transmissão, todos os conselheiros são convidados a estar presencialmente, mas aqueles que não puderem, eles podem fazer isso dentro da plataforma virtual, porém o documentário só vai passar ao vivo, depois disso não vai ficar gravado dentro da nossa plataforma da ABES, então, para aqueles que quiserem conhecer, esse documentário nós estamos passando em alguns lugares, algumas cidades, estamos já com programação de alguns outros estados, porém ele sempre vai ser ao vivo, porque esse documentário já está inscrito em alguns festivais, esse filme documentário. Então agradeço, vai estar presente lá na sexta-feira, o doutor Thomaz não vai conseguir por compromissos, mas estará enviando o José Mário Ferreira Andrade, que é especialista de poluição atmosférica, que é da regional da Cetesb de São José do Rio Preto, vamos estar também na discussão, na mesma de discussão após o filme, o nosso subsecretário Trindade, que confirmou na última reunião a participação, que vai ser muito feliz, e também vai estar também o médico e ambientalista, ex-vereador, ex-secretário, etc., o Gilberto Natalini, também nessa discussão. O pano de fundo é a questão, lógico, o documentário de Bauru, que aconteceu 25 anos depois, mas o ponto chave é a questão da preocupação com a poluição atmosférica, que é um problema invisível que a gente, como sociedade, como entes importantes da sociedade, nós podemos fazer alguma coisa para que nós

não tenhamos alguns problemas que nós sabemos que podem ocorrer, como foi o caso de Bauru. Eu quero aproveitar também, sobre isso eu peço a secretária executiva, Roberta, estarei enviando o material para divulgar para vocês, a todos os conselheiros e interessados para poderem participar online ou presencialmente na semana que vem, na ABES, que fica aí atrás, junto da estação Pinheiros do metrô. Também gostaria de falar, no dia 7 a 9, nós estaremos fazendo o Congresso Internacional de Resíduos Sólidos, em São Paulo, porém também vai ser híbrido, então vai ter a parte virtual, quem quiser é só entrar. Vamos ter dias 7, 8 e 9, três dias de discussão sobre resíduos sólidos. Também no dia 15 de maio, este evento não vai ser online, nós vamos fazer um evento sobre água subterrânea em Franca, dentro da Sabesp de Franca, que é a Estação de Tratamento da Sabesp de Esgoto de Franca, a precursora do uso de biometano. Então, após o evento, vai ser um evento sobre águas subterrâneas e o momento de mudanças climáticas, e após isso, vamos fazer uma visita na produção de biometano na ETE. Este evento de Franca vai ser somente presencial. Era só isso, muito obrigado a todos.

00:46:00 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Ricardo Crepaldi, pelas informações e convites, passo a próxima inscrita do modo virtual, Gilda Nunes.

00:46:17 Gilda Nunes: Bom dia a todos. Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao doutor Thomaz e também ao Rodrigo por uma reunião para tratar o VRA, que é o Via Rápida Ambiental, e dizer que, conforme a gente combinou, foi feito um documento protocolado na Cetesb apontando as falhas na emissão dos VRAs, com exemplos, com locais efetivos, e que a gente vai aguardar um retorno da Cetesb com relação a esses casos que foram apontados e também com outros casos, porque a gente pediu uma reavaliação aqui do litoral norte porque está sofrendo bastante com os VRAs, inclusive muitos VRAs em áreas públicas, dado para pessoas que estão com a intenção de ocupar o solo de forma indevida. E um outro assunto que eu gostaria de tratar, é a questão de um edital da Sabesp que foi recém publicado, referente a implantação de uma usina de dessalinização de água numa área de manguezal aqui em Ilhabela. Bom, Ilhabela acho que todos conhecem como uma área, como uma cidade, como uma ilha com bastante abundância de água, o que a gente não entende a justificativa desse projeto, mas que esse projeto não está disponível para consulta, a não ser de fornecedores que queiram participar do processo licitatório. Então, eu gostaria de solicitar que as Comissões, principalmente a Comissão de Infraestrutura e de Biodiversidade solicitem esse edital para analisar, até porque é numa área da APA Marinha do litoral norte, uma área do manguezal que está dentro dessa área, e que a gente sabe que um projeto desse vai causar danos ali ao meio ambiente e, enfim, é uma área de Z2, um Zoneamento Costeiro, então também é uma área que não deveria ter esse tipo de projeto, então, hoje eu gostaria de fazer essa solicitação aqui para que a gente analise, não existe processo de licenciamento, e pelo que eu estou entendendo, esse processo licitatório vai incluir a empresa que ganhar, ela vai também fazer o processo de licenciamento, mas desde já eu gostaria de solicitar que fosse exigido pela Cetesb o EIA Rima, até porque a gente, que eu conheça, a gente não tem outra planta dessa implantada no estado de São Paulo, então, é importante que a gente tome bastante cuidado e, principalmente, na área em questão, é uma área da APA Marinha do litoral norte, então também já gostaria de pedir para o Rodrigo, para que solicite isso da Cetesb, se o edital já está publicado, e que passe também pelo conselho da APA Marinha para análise do conselho. Então é isso, obrigada pela atenção de todos.

00:49:26 Glória Roberta Paffi: Obrigada, conselheira Gilda Nunes. Passo ao próximo inscrito, o senhor Andrés Vernet.

00:49:36 Andrés Vernet: Bom dia a todos, tudo bem? Por favor, eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor Thomaz, a Cetesb, se ele já tem resposta do nosso questionamento feito no mês passado, referente ao termo de compromisso com a ABIHPEC, que está vencido, e o termo, só para uma explicaçãozinha rápida aqui, ele engloba empresas ABIHPEC, que é a Indústria de Higiene Pessoal, a ABIPLA, de produtos de limpeza, e a ABIMAQ, indústria de massas alimentícias e biscoitos, então são setores com milhares de empresas no estado, principalmente empresas médias e pequenas, e que tem um grande número também de empresas informais. E então a gente queria saber como é que está esse termo de compromisso, porque, em tese, como ele está vencido, em tese as empresas estão fora da lei, então como é que elas vão cumprir aquilo que determina a lei, que dia 31 de março elas deveriam apresentar todos os seus resultados referentes a logística reversa do ano passado. Então a gente queria saber porque as empresas estão, em tese, fora da lei. Então queria perguntar à Cetesb, se já tem a resposta desse caso para nós. Era isso, obrigado.

00:51:00 Glória Roberta Paffi: Obrigada, senhor Andrés Vernet. Vamos passar para o próximo inscrito, o doutor Daniel da PGE. Muito bom dia.

00:51:09 Daniel Smolentzov: Bom dia Roberta, bom dia demais conselheiros e conselheiras, bom dia a todos. Bom, o conselheiro, Rodrigo Levkovicz já esvaziou a minha fala, porque a minha função hoje seria trazer aqui os informes da Câmara de Compensação Ambiental, da reunião que nós tivemos na semana passada, mas o conselheiro já adiantou falando sobre os dois grandes projetos que nós aprovamos na Câmara de Compensação. Então agradeço as palavras do conselheiro, depois me manda o número do seu Pix, viu, Rodrigo, para eu fazer aqui a devida compensação financeira. Mas brincadeiras à parte, foram dois projetos muito relevantes, o projeto Operação São Paulo Sem Fogo, também foi comentada pelo conselheiro Rafael Frigerio, então um projeto muito relevante aqui para o estado de São Paulo, uma operação de sucesso. No passado, nós tivemos números bastante positivos, satisfatórios, e nesse ano, então, ficamos felizes na Câmara de Compensação Ambiental de poder contribuir com recursos para essa política pública que tem se revelado tão exitosa. E o segundo projeto é também uma política pública bastante exitosa, a questão do Pagamento por Serviços Ambientais, envolvendo o palmito juçara, a Juçara, aliás, o palmito juçara, com todos os seus subprodutos, então a Palmeira Juçara, todos os seus subprodutos, também é um projeto que envolve as comunidades, e a expansão desse projeto para todo o território paulista trouxe também uma grande satisfação para os conselheiros na Câmara de Compensação Ambiental. Afora esses dois projetos, nós também destinamos na última reunião recursos para contratos de manutenção de dois parques estaduais aqui da região metropolitana, o Parque Estadual Alberto Lofgren, na zona norte, aqui de São Paulo, e o Parque Estadual Fontes do Ipiranga, na zona sul, aqui também de São Paulo, então essa foi a pauta da nossa Câmara de Compensação Ambiental. Agradeço ao conselheiro Roberto Resende pela devolutiva que acaba de trazer aqui em relação ao que a sociedade civil aguarda da Câmara de Compensação Ambiental, é importante, viu, conselheiro nós termos esse retorno, até para balizar melhor o nosso trabalho lá na Câmara de Compensação, então agradeço, fiquei bastante satisfeito

de ouvir as palavras do senhor em relação a isso. Então, eram esses os meus informes de hoje. Muito obrigado, agradeço a todos e uma boa reunião do conselho aqui do CONSEMA para todos nós. Um abraço.

00:54:33 Glória Roberta Paffi: Obrigada, doutor Daniel, vamos passar a próxima, inscrita, a senhora doutora Rosa Ramos. Muito bom dia.

00:54:44 Rosa Ramos (OAB): Olá, muito bom dia. Meus cumprimentos à secretária Natália, em nome de quem cumprimento a todos os conselheiros e conselheiras. A minha primeira fala seria um agradecimento à SEMIL, como todos sabem, nós realizamos no último dia 19 o nosso Fórum Permanente de Mudanças Climáticas, a 4ª rodada, e nós tivemos a participação da conselheira Malu Freire, quero deixar registrado aqui a importante participação da Coordenadoria de Educação Ambiental da SEMIL, que deixou lá registrado para nós o seu enunciado e que será encaminhado com muito prazer. E não menos importante, também a participação da ANAMMA, que já vem participando desde a nossa 1ª rodada, já tivemos oportunidade também da participação da ANAMMA e da SEMIL nas outras rodadas, o que muito nos engrandecer e também vejo isso como uma união de esforços extremamente relevante, extremamente importante. Na mesma linha do que falou agora há pouco, o conselheiro Rogério Menezes, e a quem eu cumprimento, a Andréa Struchel, que foi quem participou nesta rodada, dessas parcerias exitosas, e eu entendo que somente com essa união das instituições é que a gente vai conseguir, de fato, dar conta das demandas que nos cobram e que é da nossa responsabilidade. Então registrado esses agradecimentos, eu queria encaminhar, secretária, principalmente, se for possível para ponto de pauta, não sei se todos têm acompanhado, e um conselheiro se manifestou acerca da logística reversa, não sei se todos sabem, mas existe em trâmite ainda uma ação declaratória de nulidade de atos administrativos acerca da resolução SMA 45, de 2015, e da decisão de diretoria 76, de 2018. Na verdade, com um pedido, para que não só essa decisão de diretoria, mas também a resolução percam a sua exequibilidade. É importante para que a gente discuta isso e traga isso para a pauta, porque é um tema que interessa a todos nós como conselheiros, e principalmente porque esse ponto, essa ação foi encaminhada agora para o órgão especial, porque foi através de um recurso colocado como incidente de inconstitucionalidade, então uma ação que é de 2018 provavelmente a gente demore mais uns dois, três anos para a solução, o que eu acho muito prejudicial, acho que a gente deve, no mínimo, tomar conhecimento do que está ocorrendo e saber o que, na execução da resolução e dessa decisão de diretoria está sendo efetivamente tomado pela SEMIL. Então, coloco para que seja deferido como ponto de pauta para a próxima reunião. Era isso, secretária.

00:58:23 Glória Roberta Paffi: Obrigada, doutora Rosa Ramos. Passo a próxima inscrita, Malu Freire. Bom dia.

00:58:31 Malu Freire: Bom dia, na pessoa da secretária, cumprimento todos da mesa e a todos os conselheiros presentes e online. E eu trago aqui um convite, hoje às 14:00, o Portal de Educação Ambiental vai transmitir ao vivo, online, o seu programa Participe, e o tema hoje vai ser atropelamento de fauna. Esse programa vai ser realizado numa parceria interna e também com outras entidades que cuidam desse assunto, o Bruno Aranda, da Coordenadoria de Fauna Silvestre, a Vanessa Fonseca, da Cetesb, o coronel da reserva, o **Hobbes Massaru (00:59:20)**, que também é ex-

integrante da PM Ambiental, vai estar presente, o Cauê Monticelli, da Coordenadoria de Fauna Silvestre, a Karine Carvalho, do Programa de Conservação de Mamíferos do Cerrado da Universidade Federal de Uberlândia, e o **Arnaud Debbie (00:59:38)**, que é do Icas, Instituto de Conservação de Animais Silvestres. Esse programa tem sido cada vez mais acessado, nosso portal tem tido acessos num crescimento exponencial e eu convido vocês, através desse programa, a conhecer o restante do portal, e também coloco a disposição da casa e de todos os conselheiros o programa em si para que a gente possa tratar de temáticas assim. Ele tem uma interação, é possível mandar perguntas ao vivo, e quero agradecer a Cetesb também, que participou do primeiro deste ano, que foi sobre emergências químicas. Muito obrigada, aguardo a todos, se não online, na gravação depois. Obrigada.

01:00:27 Glória Roberta Paffi: Obrigada, conselheira Malu Freire. Passo agora ao informe da diretora da Cetesb, senhora Carolina.

01:00:40 Thomaz Toledo: Só fazer uma abertura, rapidinho. A gente vai trazer aqui, a Carolina vai fazer um retorno para a conselheira que trouxe uma pergunta sobre o Feprac na última reunião, e também sobre a logística reversa, depois, na sequência da diretora Carolina, a Roberta vai trazer um informe, também da agenda da Cetesb, e a gente tinha se comprometido, na última reunião, a elaborar uma informação técnica sobre essa questão de logística reversa, a gente encaminhou para a Secretaria Executiva na manhã de hoje para ser distribuído para os conselheiros, está bem?

01:01:20 Carolina Fiorillo: Obrigada, Thomaz. Bom dia a todos, bom dia aos conselheiros presentes, bom dia aos que estão online. É só um breve retorno sobre uma solicitação de posicionamento quanto às reuniões do Feprac. Nós estamos agora, nos próximos dias vão ser encaminhados ofícios para os entes que fazem parte desse colegiado, para que, ou reafirmem ou nomeiem, designem novos nomes para compor o Feprac. Queria até chamar a atenção para que esse ofício seja atendido, estamos pedindo que tenha retorno até o meio de maio, porque a intenção é já chamar uma reunião ainda esse semestre, então, a gente está montando aqui também, não só o cronograma, uma proposta para poder ser encaminhada na primeira reunião e para poder já deixar a agenda preparada, e dizer quais são os desafios, fazendo um levantamento dos desafios, então, na primeira reunião a gente vai buscar trazer essas informações e ter algum planejamento já proposto, não só para dizer qual o status atual, mas do que a gente visualizou de necessidade de encaminhamentos. É claro que é uma proposta para ser submetida, mas para já ter um ponto de partida, então, caso alguém queira ter mais alguma informação, tenha alguma dúvida, eu fico aqui à disposição, eu estou na diretoria E, então tem o e-mail da diretoria que pode ser usado para poder tirar dúvidas. Bem, algo a acrescentar? Acho que só isso. Então, estamos à disposição. O e-mail da diretoria é "dire_cetesb@sp.gov.br". Obrigada.

01:03:33 Glória Roberta Paffi: Obrigada Carolina. Roberta, bom dia, por gentileza.

01:03:38 Roberta (sobrenome): Bom dia a todos conselheiros. A pedido aqui do presidente, eu vim fazer só uma breve explanação. Hoje à tarde a gente até tem uma reunião com o conselheiro Andrés para tentar compreender, além de dar resposta a esse questionamento, com a informação técnica, vai ser compartilhado a todos,

também entender essas principais questões que estão surgindo sobre logística para a gente poder endereçar, inclusive com um desafio que a gente está ali na Companhia, na área de logística reversa, de dar transparência a todas essas informações na nossa página, uma orientação sempre de dar transparência do presidente, então a gente compreender melhor essas demandas para que os relatórios possam ser consolidados e buscados no site. Dia 31 de março encerrou mesmo o prazo de protocolos de todas as informações dos planos e dos relatórios, as entidades cadastradas, todos aqueles que estão vinculados a DD, a Decisão de Diretoria cumpriram os prazos, inclusive, conselheiro, a questão das entidades ligadas a Abihpec, todas aquelas empresas relacionadas cumpriram o prazo e protocolaram o seu relatório, então agora começa um procedimento mais específico de análise pela equipe técnica. E então, por último, também destacar que a gente teve um desafio esse mês, que foi recepcionar também algumas demandas dos catadores, então a gente está também compreendendo os principais desafios das prestações de contas perante a Decisão de Diretoria, e como eles estão cada vez mais incluídos nessa cadeia. Espero ter respondido, presidente.

01:05:05 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Roberta, pelas informações. Passo agora a palavra para a doutora Cláudia Maria Habib, do Ministério Público. Bom dia.

01:05:14 Claudia Maria Lico Habib Tofano: Bom dia a todos e a todas, prazer em revê-los. Eu quero trazer aqui uma temática que já foi tratada no início da nossa reunião sobre a estiagem, iniciamos agora em abril, estamos trabalhando aqui firmemente em dois pontos, a segurança hídrica e a prevenção de incêndios. O ano passado nós entramos numa situação um pouco mais confortável em termos de segurança hídrica, entramos na estiagem com os reservatórios cheios, esse ano, não, a situação é um pouquinho diferente. Em relação à prevenção de incêndios, estamos chamando já todos os municípios, as suas respectivas Defesas Cíveis Municipais, as usinas de cana de açúcar, principalmente aqui na região de Ribeirão Preto, já tivemos reunião com a Fundação Florestal. Todo esse trabalho, juntamente com a Polícia Ambiental, com o corpo de bombeiros, as concessionárias de ferrovia, rodovias, enfim, todos os atores aí envolvidos, o DER, proprietários rurais, sindicatos rurais. A gente sabe que esse trabalho é um trabalho integrado, articulado, que envolve o envolvimento de todos os atores, a imprensa também, para que tragam esse tema à pauta, a conscientização da população. E uma questão que sempre nos preocupa em relação às margens das rodovias, a semana que vem teremos uma reunião com o DER, a superintendência, e com as concessionárias também, por conta daquela limpeza e manutenção dos aceiros em limites que sejam superiores a quatro metros e limites que seja superior à evitar incêndios. A gente sabe que muitos focos tem início nas margens de rodovia, e tem atingindo uma área, uma extensão muito significativa de vegetação. Teremos a operação URACÂN, justamente para essa identificação. Outro ponto que nos preocupa, também teremos, na semana que vem, uma reunião com as usinas, a questão da palhada da cana, a gente sabe que é um material de combustão e muitas vezes aquele material fica ali e acaba implicando em verdadeiros desastres ambientais. Teremos também uma reunião, o que algumas usinas têm feito é aquela técnica do enleiramento, mas precisamos conhecer melhor para verificar se de fato ela é capaz de obstar, quais são os resultados dela, né? O corpo de bombeiros, juntamente com a Polícia Ambiental, tem feito os estudos da técnica do fogo prescrito em alguns locais, principalmente ali nas proximidades das Unidades de Conservação. Então esses dois pontos que eu quero chamar atenção

nesse trabalho de prevenção de incêndios às margens das rodovias, limpeza, de um percentual que seja suficiente para a gente evitar incêndios. A gente sabe a preocupação com a segurança para aqueles que trafegam, dos usuários, mas a prevenção de incêndios diz respeito a essa segurança também. Em relação à questão da palhada da cana de açúcar, sobre essa técnica do enleiramento, o resultado de fato dela, a gente sabe que quando entrarmos na fase vermelha, a situação, sabemos o perigo, os riscos, então é importante que a gente cerque de todos os lados e que a gente antecipe. Em relação à segurança hídrica, uma questão também que nós estamos tratando, geralmente em julho, agosto, os municípios que são abastecidos superficialmente, acaba ocorrendo aquela disputa pelo uso da água com produtores rurais, com irrigantes, aqueles que fazem uso da técnica conhecida por pivô, isso tem causado muito problema. Estamos trazendo os operadores do sistema público de abastecimento, seja Sabesp, autarquia, concessionárias, para esse diálogo, e eu queria chamar atenção, então, para esses aspectos, tanto a segurança hídrica, esse ano já estamos, como disse, não estamos numa situação tão confortável, e a prevenção de incêndios, e estamos aqui à disposição para enfrentarmos bem esse período. Muito obrigada.

01:09:35 Glória Roberta Paffi: Obrigada, conselheira doutora Cláudia, pelas manifestações. Passo agora para a consideração da presidência, senhora Natália Resende.

01:09:48 Natália Resende: Obrigada, Roberta. Anotei aqui os pontos, vou pedir para o Jonatas e para o Thomaz me complementar aqui no que for pertinente. Primeiro, aí vou pela ordem, primeiro coronel, agradecer aqui todo o trabalho da Polícia Ambiental, para a gente é uma parceria muito importante que a gente quer fortalecer cada vez mais, então, sua participação aqui no CONSEMA, em todas as ações, algumas que você citou, a gente sabe que tem várias outras que a gente está trabalhando, muitas frentes, e o que a gente quer é isso, sempre andar juntos e cada vez ficar mais próximo, então, obrigada por todo o trabalho. E aí, vou aproveitar também, Frigerio, para agradecer da nossa fiscalização aqui também, a gente sabe que a gente aqui tem que andar muito junto, acho que é uma coisa que a gente cada vez mais tem que trabalhar nessa linha, e eu fico muito feliz de contar também com o seu trabalho, com a sua competência, Frigerio, então, obrigada também. Reforçar aqui as palavras do Rodrigo em relação à Bombas, é um projeto que a gente pegou aqui para poder fazer, de fato, concluir, fazer a obra, e aí a gente está muito engajado, todo mundo aqui da Secretaria, Cetesb e Fundação Florestal, então o que precisar de informação, a gente está sempre à disposição para conseguir, apesar dos percalços do que o Rodrigo falou da autorização, por parte do Iphan, que demorou um pouco, cumprir o cronograma que a gente trançou desde o início. Do que o conselheiro Roberto falou, a parte de compensação, Jonatas, vou pedir para você falar um pouquinho do conselho, sem prejuízo, Roberto, da gente sempre melhorar nos critérios, a gente está sempre aqui à disposição para ver o que faz sentido aprimorar ou não, e aí só no ponto que você colocou da Nova Raposo, sem prejuízo da gente aprofundar, e eu acho que a gente tem que aprofundar sobre isso, vou até depois, internamente, propor aqui Marina, até para a gente conversar com o pessoal da SPI, trazer um pouco mais de informação, a gente integrar os projetos nessa linha, porque a parte ferroviária, e aí eu vou falar de cargas e passageiros, é prioridade do estado, de forma geral, não só aqui da Secretaria, porque eu acho que o importante quando a gente olha a logística, é a gente entender os diferentes modos de transporte

que a gente tem e como eles são mais eficientes para a questão de mobilidade e segurança, sustentabilidade, enfim, todos esses elementos, e aí cada qual tem as suas particularidades, a gente tem que aproveitá-las da melhor forma, e aí eu não estou falando só do ferroviário, estou falando aquaviário, rodoviário também. A gente tem hoje uma matriz no Brasil muito carregada no modo ferroviário pela história aqui no estado de São Paulo, até mais do que no Brasil, chega a 79% da participação do modo rodoviário, e o que a gente tem que fazer é otimizar, fazer uma equalização, e aí a gente tem várias frentes de atuação. A gente tem uma frente, por exemplo, do hidroviário, que a gente fez um mapeamento de todos os gargalos na Hidrovia Tietê-Paraná para poder melhorar o modo que é um modo mais sustentável de todos, que é o hidroviário. Em segundo vem o ferroviário, e aí quando a gente fala do ferroviário, a gente tem que ter dois pensamentos que a gente está desenvolvendo muito aqui. O de cargas ele tem uma competência muito federal, se você olhar, então a gente tem várias malhas federais chegando no estado de São Paulo, Malha Paulista, FCA, VLI, Malha Oeste, Malha Sul, enfim, tem várias Malhas aqui passando. O que a gente tem tentado em relação a isso é sempre fazer uma articulação e tentar ver dentro o que a gente pode melhorar a título, por exemplo, de autorizações da parte de *short lines*, e isso é uma coisa que a gente está desenvolvendo um programa específico visando cargas, falando de uma forma geral, porque de fato a gente tem no Brasil 29 mil quilômetros de extensão de Malha, 9 mil inoperantes, isso é muito pouco se você olhar a realidade mundial, no tocante aí a países de dimensão continental como é o Brasil. O que a gente vem fazendo muito, e aí eu acho que a gente pode trazer dentro da nossa PEMC, e aí eu acho que é uma coisa que vale, é a parte de passageiros. Então, se você olhar, a gente tem um programa muito robusto da parte do TIC, que teve o leilão há pouco tempo, em relação a São Paulo ou Campinas, que é um custo afundado muito grande, no mundo inteiro o transporte sobre trilhos é subsidiado, e o estado tem que estar presente, e a gente está presente com um aporte significativo. A gente também está fazendo o projeto em relação à linha Sorocabana, vários outros pontos, tanto da parte ferroviária quanto do metroviário, vou colocar assim, vou tentar fazer essa separação. Então, tem um programa muito robusto que está estudando o todo, olhando regionalmente, olhando a parte metropolitana e, claro, não são projetos que ficam prontos do dia para a noite, o projeto do TIC Campinas tem todo um cronograma para começar a operar totalmente em 2031, porque é um custo afundado muito alto e a gente sabe que a gente tem dificuldades, mas que a gente tem que começar. Então, junto com isso, a gente tem que olhar também a melhoria das nossas rodovias, para quê? Para promover mais segurança, mais mobilidade, olhando que têm contratos que estão finalizando agora, e a gente tem sinergia de mais de 1271 quilômetros do DER que a gente consegue colocar dentro dessas concessões, então essas novas que estão surgindo em consulta é muito para a gente também aprimorar os contratos em relação à rodovias, olhando todo os modos de transporte em conjunto. Então, só para explicar aqui de uma forma bem breve também, depois a gente pode aprofundar, mas que a gente está olhando o todo, está olhando todos os modos e desenvolvendo o que eles têm de melhor, observando as especificidades que são grandes entre eles, mas que a gente tem que caminhar de uma forma integrada. Então, é só para resumir aqui, o que eu acho que a gente pode fazer em relação a esse assunto, principalmente na parte de passageiros, que aí é uma coisa que a gente, estado de São Paulo, consegue até ter mais em gerência, é o que a gente está fazendo, é fazer uma articulação mais próxima lá com o pessoal da SPI, aí a gente programa aqui, até para gente incorporar mais disso, da questão de descarbonização, que eu sempre tenho falado muito lá com eles, e aí a gente faz aqui

junto com Denis, traz numa próxima pauta também, acho que vai ser interessante para a gente mostrar esses projetos. Que eu tinha anotado aqui, da parte que a conselheira Gilda falou também, a gente está à disposição, aqui na nossa Subsecretaria de Saneamento, para sentar, explicar, mostrar o que a gente tem de projeto, vou chamar, de resiliência hídrica, até para além da questão de dessalinização, para a gente falar, explicar, mostrar, e a gente sentar com calma, conselheira, a gente está à disposição aqui para discutir, isso é bem importante, a gente está discutindo muito isso também no Projeto de Desestatização da Sabesp, colocamos lá um tópico de segurança hídrica, resiliência climática, acho que vale sim a gente sentar e te explicar com calma. Eu acho que já foi falado aqui da parte de logística reversa, aí, Rosa, sempre sem prejuízo da gente alinhar direitinho com você o que você acha, de pauta, o que a gente tem que trazer aqui, a pauta específica, os materiais, acho que vale a gente alinhar isso junto também aqui com a nossa equipe, com a Cetesb. Bom, agradecer a participação de todos que falaram, da doutora Cláudia também, a gente sempre conta muito com a sua participação, doutora. A gente esteve junto na queima prescrita ano passado, a primeira que a gente fez lá junto com a Fundação Florestal, e para a gente a sua participação é sempre muito importante no São Paulo Sem Fogo, para a gente caminhar juntos nesse desafio, que eu tenho certeza que esse ano também vai ser muito exitoso como foi no ano passado. Jonatas, você quer me complementar aqui na parte da compensação?

01:18:30 Jonatas Trindade: Em relação à compensação, a apresentação já estava pronta. A gente não conseguiu incluir na pauta, mas na próxima reunião a gente traz como uma pauta de reunião, tá? O Alê faz a apresentação em relação à questão das destinações, e nós estamos abertos, se precisar, a gente pode mandar antes, já agora. Teve uma reunião semana passada, então ele vai precisar atualizar a apresentação só em relação ao que teve na semana passada, e mostra a situação geral da compensação ambiental. E aí reforçar a importância do São Paulo Sem Fogo, do trabalho da Fundação, Defesa Civil, CFB, equipe toda nesse processo, que é um processo bastante complexo, num ano que tem uma questão de, El Niño, La Niña, que pode ser um fator complicador em relação à questão de secas, então a equipe da Fundação Florestal, por exemplo, já está trabalhando há algum tempo na questão dos aceiros, então tem um esforço de todos de antecipar, realmente se preparar para esse próximos ciclo mais intenso de seca, que se avizinha. E aí eu acho que eu gostaria também de falar que nós estamos fazendo uma programação para o dia mundial do meio ambiente. Na verdade, estamos querendo fazer uma semana do do meio ambiente para reforçar a agenda ambiental, então convidar todos os conselheiros para que participem neste momento, nós vamos divulgar no momento oportuno, a secretária vai poder divulgar a agenda que vai começar no domingo e vai se encerrar num sábado, uma agenda bastante intensa, de tudo o que a gente vai fazer, tanto de eventos de restauração, falar da questão de uma educação ambiental, em relação a evitar essa questão dos incêndios, e assim, a gente tem uma abordagem bastante ampla, a importância da fauna, a importância de trabalhar a população para que não compre animais traficados, coisas do tipo que estão na nossa agenda, então já tem uma agenda sendo estruturada há algum tempo, bastante intenso o trabalho de todos no detalhamento, são atividades que vão acontecer espalhadas no território paulista, e que a gente conta com a colaboração e participação de todos. Era isso, obrigado.

01:20:54 Glória Roberta Paffi: Obrigada, senhora secretária, pelas manifestações, senhor Jonatas Trindade. Vamos seguir, passando para a segunda parte da ordem do dia, sobre a apreciação das matérias do Relatório do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Tanquã - Rio Piracicaba, debatido no âmbito da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas, CTBio. Conselheiro Thomaz, quer se manifestar?

01:21:27 Thomaz Toledo: Reforçar o bom dia a todos. Nossa equipe técnica pediu até desculpas para o Nalon, que é presidente da CTBio, mas após a reunião, a gente revisando a documentação, a equipe identificou uma inconsistência no mapa, e aí, em função disso, acho que era importante retornar para CTBio para esclarecer esses pontos, e acho que trazer a documentação aqui redondinha. Peço desculpas mais uma vez, isso acabou passando pela gente durante a reunião, só identificamos essa inconsistência após já a conclusão e inclusão de pauta aqui, mas então seria isso, pedir a retirada, o retorno para a CTBio para a gente poder destacar essa inconsistência e fazer esse esclarecimento. Claro que fiquei com a notícia chata aqui, porque o Plano de Manejo é desejado, esperado, mas acho que rapidamente, a gente voltando para a Comissão, a gente faz o esclarecimento e retorna, tá bem?

01:22:41 Glória Roberta Paffi: Compreendido por todos, então vamos passar para o segundo item da pauta do dia, com o Rafael Frigerio, referente à apresentação da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, acerca das intervenções irregulares na vegetação nativa nos últimos cinco anos, conforme dados do Painel Verde do Estado de São Paulo. Bom dia, Rafael.

01:23:08 Daniel Smolentzov: Roberta, desculpa, só uma questão aqui de ordem antes do Rafael falar. A retirada de pauta acho que não precisa ser votada? Eu não me lembro dessa questão do Regimento Interno nosso.

01:23:26 Glória Roberta Paffi: Alguém tem alguma manifestação contrária? Vamos pôr em votação para a retirada de pauta o item um?

01:23:31 Daniel Smolentzov: Eu não sei se precisa ser votada, viu, Roberta, é uma dúvida. Eu não sei se para retirar de pauta se precisa ser votado, teria que olhar no Regimento Interno, que eu estou sem o Regimento Interno aqui.

01:23:44 Glória Roberta Paffi: Doutor Daniel, de acordo com o Artigo 27, parágrafo 4º, pode ser retirada de pauta e colocada em uma próxima data de plenária.

01:23:55 Daniel Smolentzov: Sem necessidade de votação?

01:23:57 Glória Roberta Paffi: Se quiser eu faço a leitura: A ordem do dia consistirá na discussão e votação da matéria em pauta, na ordem estabelecida na convocatória. Parágrafo 4º: A discussão ou votação da matéria constante na ordem do dia, poderá ser adiada por deliberação do plenário, fixando à presidente prazo de adiamento. Concorda, senhora secretária?

01:24:14 Natália Resende: Sim, sim. Então tem que submeter o plenário.

01:24:17 Daniel Smolentzov: Então precisa votar.

01:24:21 Natália Resende: Vamos colocar para votação.

01:24:23 Glória Roberta Paffi: Sim. Alguém se manifesta contrário? Então, acho que está aprovado por todos, né? Então dando sequência, obrigada, doutor Daniel.

01:24:30 Daniel Smolentzov: Imagina, desculpa aí, mas eu tinha essa lembrança de precisar ser votado, mas não tinha certeza e estou sem o Regimento Interno aqui para conferir. Então, foi bom ter conferido, só para nós evitarmos qualquer nulidade. Obrigado. Desculpa interromper a fala.

01:24:52 Glória Roberta Paffi: Perfeito. Muito obrigada, eu que agradeço. Dando continuidade, Rafael, por gentileza.

01:24:56 Rafael Frigerio: Bom dia, novamente a todas e todos. Conforme pautado, então, para esta reunião do plenário do CONSEMA, preparei uma apresentação sobre as intervenções irregulares relacionadas à destruição da vegetação nativa no território paulista nos últimos cinco anos, período compreendido entre os anos de 2019 e 2023, com base nos dados do Painel Verde do Estado de São Paulo. Então, temos ali os dados oficiais, que eu vou explicar um pouquinho melhor mais adiante. Me acompanha aqui nessa apresentação, a especialista ambiental Beatriz Truffi Alves, integrante do Departamento de Fiscalização da CFB, e que responde pela Coordenação Técnica e pelo desenvolvimento dessa plataforma de compartilhamento e acesso público às bases de dados oficiais do Sistema Ambiental Paulista. Posso citar aqui algumas delas, áreas protegidas, cobertura vegetal nativa, restauração ecológica, reparação de danos, supressão de vegetação autorizada pelo órgão responsável e as intervenções irregulares que serão aqui apresentadas. Aqui, farei primeiro, então, uma contextualização quanto as diferenças entre os alertas de detecção de desmatamento e alterações na vegetação nativa e os dados oficiais dos autos de infração enquanto providência da Fiscalização Ambiental Estadual em campo na figura da Polícia Militar Ambiental, de todo seu efetivo distribuído pelo estado. Na sequência, vou trazer algumas referências acerca das ações da SEMIL quanto ao monitoramento da vegetação nativa, ações de proteção e fiscalização ambiental, e autuação das intervenções irregulares e reparação de danos ambientais, logicamente com todos os parceiros, especialmente toda essa parceria existente, histórica com a Polícia Militar Ambiental. E por fim, vou fazer uma abordagem sobre os resultados das intervenções irregulares na vegetação nativa entre os anos de 2019 e 2023. Então iniciando, justamente o primeiro ponto da contextualização, importante que a gente traga alguns esclarecimentos e referências sobre as diferenças, e as características relacionadas aos alertas. Aqui, quando a gente fala dos alertas, mencionamos os alertas que vêm de órgãos externos, de entes externos a SEMIL, especialmente são alertas relacionados ao desmatamento, então dados brutos de monitoramento, identificação de registros de possíveis alterações na vegetação nativa. Do outro lado, quando a gente fala de dados oficiais, nós temos aqui, como já mencionei, as intervenções irregulares enquanto dados oficiais, aquilo que é produto das ações em campo, empreendidas pela Polícia Militar Ambiental, mas também temos que nos lembrar aqui que a gente deve tratar da supressão autorizada de vegetação no contexto do Licenciamento Ambiental, na figura da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, a Cetesb. Nesse sentido, então, como eu coloquei, os alertas, então ali listados alguns entes e instituições responsáveis por

todo um trabalho importantíssimo de monitoramento do território e geração de alertas enquanto iniciativas, dentro dessas plataformas desenvolvidas com esse objetivo. Então, conceito, eu vou puxar aqui o conceito que é abrangido pelo Map Biomas, uma iniciativa com reunião de esforços entre distintos entes da sociedade civil para que, justamente, esses alertas possam ser estabelecidos. O desmatamento é a supressão completa ou quase completa da vegetação nativa existente em uma determinada área, seja uma vegetação florestal ou não florestal. Importante sinalizar isso como, por exemplo, os campos e as savanas. Como principais características, nós temos, então, ali uma validação e refinamento de alertas de desmatamento em todos os biomas brasileiros, com um trabalho já consagrado de comparativo de imagens de satélite, hoje em dia já de alta resolução, o que permite alertas que provêm dessas instituições para áreas mínimas de 0,3 hectares. Destaquei aqui o Map Biomas, mas podemos destacar aqui também o forte trabalho do SOS Mata Atlântica, do próprio Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e do Instituto Democracia e Sustentabilidade, com o qual inclusive, essa SEMIL, por meio de uma emenda parlamentar, teve todo um trabalho de transferência de conhecimento para aprimoramento daquilo que já é desenvolvido historicamente. Então o Map Biomas Alerta compila dados dessas distintas frentes, e importante sinalizar que o Map Biomas publica dados brutos, ou seja, não é realizada uma avaliação sobre legalidade, responsabilidade ou eventuais restrições legais existentes no território. Puxando agora para outra vertente comparativa, quando falamos de dados oficiais, citei a supressão autorizada na figura da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, então, essas autorizações para supressão de vegetação e para intervenção em áreas de preservação permanente. Todo esse contexto de Licenciamento estabelece medidas de compensação que são exigidas no contexto do regramento específico das vegetações nos biomas que nós temos no estado de São Paulo, Bioma Mata Atlântica, com lei específica do ano de 2006, e Bioma Cerrado, com lei específica do ano de 2009. É importante também sinalizar que, essas áreas, a compensação se dá num contexto de áreas prioritárias, no olhar de restauração e compensação estabelecida por regramento da resolução SEMIL 02, de 2024. Puxando agora a outra frente de dados oficiais no contexto do Painel Verde, e tema aqui a ser tratado hoje, intervenções irregulares. Quando falamos das intervenções irregulares, remontamos a parceria entre SEMIL, especialmente na figura da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, e SSP, na figura do comando de policiamento ambiental de todas suas unidades distribuídas no estado, no contexto dos cinco batalhões que nós temos, então, um trabalho que consiste no trabalho inicial de monitoramento da vegetação nativa, de alterações por meio do comparativo de imagens, ações de proteção e fiscalização do território do estado, autuação dessas intervenções irregulares e definição e acompanhamento de medidas para reparação dos danos ambientais, que são produto dessas intervenções. Agora vou partir para a segunda parte da apresentação, e vou retratar aqui as principais e as mais relevantes ações da SEMIL junto com todos os parceiros nesse contexto. Falarei um pouco do monitoramento da vegetação nativa, das ações de proteção e fiscalização do território do estado, e depois, numa dobradinha entre as autuações por intervenções irregulares, mas também o acompanhamento e execução das medidas de reparação necessárias no contexto desses danos à flora em território paulista. Falando agora especificamente do monitoramento da vegetação nativa, nós temos todo um trabalho histórico, que teve início lá nos idos de 2013, então tivemos aqui um início do monitoramento em 2013, numa metodologia inspirada em trabalhos do governo federal, na figura do Ibama. Esse trabalho inicial foi se desenvolvendo ao longo dos

anos. Em 2018, já com um trabalho bastante consistente, com uma sistemática bem internalizada e em um fluxo já automatizado com a Polícia Militar Ambiental para o atendimento, foi instituída a resolução SMA, na época 92, de 18, que instituiu o Programa de Monitoramento Ambiental por Imagem de Satélite e, conforme citei, produto de uma parceria justamente com viés de aperfeiçoamento de tudo aquilo que já vinha sendo feito, entre 2022 e 2023, também com aporte de distintas fontes de imagens de satélite de alta resolução, mas especialmente numa parceria com o Map Biomas, e importante ressaltar, todo um movimento também do governo estadual mais recente, no contexto do São Paulo Sempre Alerta, com toda uma sistemática de monitoramento contratada pelo IGC, fornecendo também mais dados de alertas, uma outra fonte para enriquecer todo esse acervo de referências. Então, aqui uma menção ao olhar sempre contínuo de valorização de tudo aquilo que é feito, mas sempre atentos às novas tecnologias, parcerias e tudo aquilo que nos permita sermos mais assertivos na identificação da alteração na vegetação nativa e que a gente possa ter os fluxos que seja o mais rápido possível para que as providências no território sejam adotadas o quanto antes e a gente possa minimizar uma maior extensão de uma ocorrência nesse sentido. Então, falando um pouquinho aqui dos detalhes do monitoramento da vegetação nativa, esse monitoramento hoje, ele é automatizado, também compreende o recebimento e a sistematização e auditoria dos distintos alertas, das distintas fontes, como eu comentei, estabelecido esse monitoramento automatizado e feita auditoria, e auditoria dos alertas, se dá, então, a identificação da alteração da vegetação nativa, e quando eu falo em auditoria, é esse momento de cruzamento desses alertas, dos atributos e das suas características, com os dados oficiais de distintas naturezas, para que a gente possa ali justamente descartar aqueles registros que não demandam uma ida a campo para justamente tomar as providências necessárias. Para esses casos em que feita auditoria, existe a necessidade de uma fiscalização em campo, como eu citei, nós temos o envio de uma denúncia via portal SIGAM, o portal, o banco de dados e o portal que estabelece a integração da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, com a SSP, na figura do comando de policiamento ambiental, no seu sistema, SIOPM, então, temos uma integração entre os sistemas, justamente viabilizando que a unidade responsável da polícia receba essa denúncia, já possa ir a campo para tomar as devidas providências. Justamente, como resultado de todo esse trabalho, nós tivemos então, ao longo desse período de 2019 a 2023, a elaboração e encaminhamento para ações em campo de 2816 alterações identificadas para um montante de quase 3 mil hectares com alterações na vegetação nativa. Aqui, apontando para uma área mínima de detecção de 0,04 hectares. Passando para o próximo slide, indo agora para as ações de proteção e fiscalização, é importante sinalizar o contexto de áreas protegidas terrestres e marinhas no estado de São Paulo, totalizando quase 5 milhões de hectares, mais de 5 milhões, 5.670.000 hectares de remanescentes de vegetação nativa no estado de São Paulo, e todo um olhar de meta de restauração da vegetação nativa até 2026, num montante de 37,5 mil hectares para o período. Apontando para a sistemática estabelecida para as ações de proteção e fiscalização, nós temos o programa Mais como uma linha de frente de monitoramento do território, para que sejam estabelecidas essas denúncias com alerta de alteração na vegetação nativa, aqui, logicamente, contemplados todos os alertas de distintas fontes que são devidamente auditados e aqueles procedentes que não sejam áreas licenciadas, que já não tenham providências anteriores, ou que não sejam improcedentes, entram nesse circuito juntamente com outros canais de denúncia. O coronel Navarro aqui recebe, para além dessas denúncias qualificadas, por meio de uma série de outros

canais, centenas de milhares de denúncias, pelo 190, pelo aplicativo Denúncia Ambiente, pelos próprios cidadãos de distintas formas, e de distintos órgãos, seja da esfera municipal, seja da esfera estadual principalmente. Mas, além disso, é importante sinalizar o quê? Temos que ser reativos enquanto fiscalização ambiental estadual, e ter toda essa inteligência para detectar as alterações, mas também temos todo um trabalho de planejamento conjunto entre todos os atores que estão no território com esse viés da fiscalização, justamente para que a gente possa também direcionar ações no território, com planejamento, com alvos bem estabelecidos, com todo um trabalho de inteligência que é feito pela Polícia Militar Ambiental, e nos distintos programas e políticas públicas. Aqui, eu vou fazer um destaque para operação São Paulo Sem Fogo, aqui na parte inicial da reunião já ficou reforçada a importância de todas essas ações de prevenção, preparação e combate, e no que se refere às ações de proteção e fiscalização, sem dúvida, a operação São Paulo Sem Fogo traz grande contribuição para que a gente possa minimizar os impactos e trazer os esforços necessários nesse sentido. Eu vou destacar aqui outros dois programas importantíssimos, um voltado ao território das Unidades de Conservação, o Sistema Integrado de Monitoramento de UCS, justamente com esse trabalho entre as três partes, Fundação Florestal, Polícia Militar Ambiental e CFB, para que a gente possa ter o melhor cenário de proteção e atacando os alvos mais adequados nesse trabalho, nesse território importantíssimo de áreas protegidas das Unidades de Conservação, sejam elas terrestres, mas também nas três APAS Marinhas que nós temos no território com uma ação importantíssima, integrada e organizada, para que cada ente possa potencializar aquilo que é só atribuição e possamos chegar em resultados mais efetivos. E por fim, não sei se está muito visível, mas tem um mapinha ali apontando para as áreas de manancial, especialmente da região metropolitana de São Paulo, e esse sim, um trabalho que a gente tem reunido esforços, com aporte muito importante de organização, de recursos e de todos os meios e especialmente a mobilização dos entes municipais para que a gente possa ter integração da ação e da atuação dentro das atribuições de cada qual. Então, também, esse é mais um programa, é uma política pública orientadora e com direcionamento planejado da atuação da fiscalização estadual em campo. Aqui, temos ali, então, o logo da Polícia Militar Ambiental, e mencionar aqui a relevância da atuação da polícia no território, em todo esse trabalho integrado que vem se fortalecendo ano e que, sem dúvida, nós vamos, como colocou a secretária Natália e na linha da fala do coronel Navarro, sempre aprimorar e procurar um dos melhores caminhos para que a gente possa detectar os alvos e as dinâmicas infracionais no território que devemos concentrar esforços para além da nossa atuação em tudo aquilo que é necessário frente a essas intervenções. A ação da Polícia Militar em campo resulta no registro do que é identificado nessas ocorrências. Esse registro se dá por meio do Boletim de Ocorrência e do respectivo auto de infração ambiental quando identificada uma infração no território, mas também nós temos todo o registro do esforço da polícia, nem sempre são identificadas as infrações, a gente tem algumas características aqui que eu não vou entrar no mérito do detalhado agora, mas em algumas situações é o Termo de Vistoria Ambiental que vai registrar tudo aquilo que foi identificado pela polícia em campo, e justamente esses produtos da fiscalização em campo também se utilizam, transitam entre as instituições por meio de uma integração de sistemas, eu citei o SIGAM como o sistema da SEMIL, e o SIOPM, como o sistema da SSP, garantindo que a gente possa ter esses fluxos estabelecidos da melhor forma possível. Partindo agora para o cenário de atuação e reparação de danos ambientais, é importante sinalizar aqui todo o regramento que temos no estado de São Paulo para viabilizar essas ações,

então o Decreto Estadual 65.456 de 2019, Resolução SIMA 05, de 2021, que estabelecem também ali todo o cenário de etapas do processo administrativo. Então, entre uma etapa bastante importante, feita ação em campo, tomadas as providências, partimos, então, para todo um trabalho com uma série de etapas de processamento desses autos de infração também num trabalho conjunto, realizado entre CFB e Polícia Militar Ambiental. Eu diria aqui, e neste ano completamos 10 anos do Programa Estadual de Conciliação Ambiental, que eu diria que representa uma mudança de paradigma importantíssima para a fiscalização estadual ambiental a partir do momento que se cria a figura da sessão de atendimento ambiental, então um momento importantíssimo para garantir que todas as informações necessárias sejam avaliadas, reavaliadas, se for o caso, uma vez que pode ser que tenha tido uma avaliação inicial em campo, seja permitida o direito à defesa ao autuado, que possam ser apresentados todas as informações e todos os ajustes necessários naquela ocorrência que resultou na lavratura de um auto de infração ambiental. Então, valorizar essa instância do atendimento ambiental como um momento importantíssimo dentro desse Programa de Conciliação que completa neste ano de 2024, 10 anos e que, sem dúvida, trouxe um andamento mais célere, dentro das etapas do processo administrativo. Nesse contexto, temos então ali o atendimento ambiental, como essa figura chave de consolidação do auto de infração, uma vez não havendo a conciliação, e ali a assinatura de um termo de compromisso, ou o compromisso estabelecido para a devida reparação do dano, quando tratamos de autos de infração com reparação de danos, no caso, os autos de flora sempre demandam esse cenário, e justamente, uma vez um auto confirmado, aplicam-se, então, as penalidades, as cobranças necessárias de obrigação e ficam definidas as medidas de reparação de dano para que a gente possa, de forma voluntária, estabelecer todo esse cenário necessário de reparação de danos, e quando não houver essa predisposição e essa pró atividade, esses danos não reparados vão ser cobrados judicialmente por meio da Procuradoria Geral do Estado. Então avançando um pouco já aqui na apresentação, já partindo para a análise das intervenções irregulares no estado de São Paulo, de 2019 a 2013, é importante apresentar aqui para as senhoras e senhores os dados relativos ao período de 2019 a 2023. Importante contextualizar esse mapinha que está no canto inferior esquerdo, se refere aos limites do Bioma Mata Atlântica no estado de São Paulo. Então, estamos falando desses limites que estão pintados em verde, o que está churado mais ali, na parte central do estado, é relativo aos limites do Bioma Cerrado que nós vamos destacar no próximo slide. Então, feita essa contextualização do que representa nesse mapa ilustrativo, os dados aqui apresentados se referem a área em hectares com intervenção irregular, especificamente por destruir vegetação nativa, que é aquilo que mais se aproxima ao que externamente a SEMIL se chama e se categoriza como desmatamento, aqui, no caso, por ano e especificamente, no Bioma Mata Atlântica. Então podemos observar ali também, no gráfico abaixo, ali na parte central, que do montante total de vegetação nativa remanescente no Bioma Mata Atlântica no estado de São Paulo, ali quase 5,5 milhões de hectares, a somatória dos valores lavrados de autos de infração relativos a destruir vegetação no Bioma Mata Atlântica, totalizam 10 mil hectares, 885, representam 0,2% desse montante de vegetação nativa remanescente no Bioma Mata Atlântica. Podemos olhar como um destaque o ano de 2023 no sentido da curva descendente, o ano com o menor registro montante de áreas em hectares com intervenção irregular por destruir, mas também podemos ter um olhar importante e de avaliação necessária que foi feita à época e continua sendo feita, inclusive com o processamento desses autos de infração, quanto a esse pico

de 3.390,11 hectares observado no ano de 2021. Importante reforçar 2021, um ano de extrema estiagem no estado de São Paulo e que acabou resultando em ocorrências de fogo fora de controle, que fugiram da normalidade. Vou até falar quando apresentar os dados do Bioma Cerrado, de uma ocorrência extremamente emblemática nesse sentido, mas, sem dúvida, quando a gente olha para esses dados, a gente liga o alerta de preocupação para justamente poder entender o que gerou e resultou os autos de infração que totalizam esse montante. Aqui, só para trazer uma referência objetiva, quando a gente fala de autos de infração de fogo relacionados a esse montante de 2021, 3.390 hectares, a gente tem 1.274 hectares relativos a 16 ocorrências de fogo fora de controle autuadas naquela temporada. Então condiz, o ideal é que a gente possa ter todo o cenário de combate no início das ocorrências e que a gente minimize a extensão, não a existência da ocorrência de fogo fora de controle, mas sim a extensão dela, mas nem sempre isso é possível, pode ser até um tema que a gente possa tratar em algum momento oportunamente, mas é um dos grandes desafios, e temporada a temporada são avaliadas cada uma das ocorrências para que, entre todos os entes possa se entender, houve falha, houve alguma questão que poderia ser melhorada, e esse é o espírito da operação São Paulo Sem Fogo. Essas 16 ocorrências, para esse montante de 1274 hectares, representam algo como 38% desse total de 3390 hectares, então, importante também reforçar todo o esforço e olhar prioritário de análise dessas ocorrências, nós temos trabalhado com os batalhões, com as unidades responsáveis para que a gente possa entender se o fato da existência do auto representa uma dinâmica infracional que está ativa no território ou se estamos tratando de questões pontuais, que também devem ser tratadas com toda responsabilidade, mas que demanda uma outra estratégia de atuação em relação, por exemplo, ao que, não vou entrar aqui no detalhe do dado específico, mas, por exemplo, toda a cruzada e o enfrentamento nas áreas de manancial, que tem todo um contexto diferente, de maior dificuldade, de que percolem orientações de educação ambiental, a gente sabe que tem, em muitas áreas, esforço do crime organizado, como a outra vertente de captação de recursos, então sempre importante a gente entender essas dinâmicas, e trabalhar em cima delas para que a gente possa ter resultados na origem, na gênese dessas infrações que são identificadas pela Polícia Militar em campo, no território. Vou partir, então aqui, agora, para os dados relativos ao Cerrado, como eu expliquei no slide anterior, esse mapa ilustrativo, a gente tem os limites do Bioma Cerrado ali compreendidos pela cor laranja e tudo aquilo que está para fora, o que está churado em cinza são os limites do Bioma Mata Atlântica. Então, quando a gente aponta também aqui a área, em hectares, com intervenção irregular por destruir, então aqui é uma tipologia específica, estamos tratando aqui desse olhar, reforço, do que externamente se chama de desmatamento de forma mais comum, por ano, no Bioma Cerrado, então, ali a gente vem até, se a gente olhar a série histórica anterior a 2018, tem uma média mais ou menos estabelecida dessas intervenções, ela é sempre bastante inferior ao que a gente observa na Mata Atlântica, no Bioma Mata Atlântica, mas também é importante isso, observar que a gente tem um remanescente, um montante remanescente de vegetação nativa no Bioma Cerrado extremamente inferior ali, no patamar dos 239 mil hectares, e quando a gente faz a somatória desses valores identificados quanto aos autos de infração para cada um dos anos, esse percentual já é maior, ele já nos preocupa mais e a gente tem que ter uma atenção sempre redobrada quando a gente fala de Bioma Cerrado. Por um outro lado, eu vou fazer uma relativização aqui quanto ao dado de 2021, ele está ali, assustador, no patamar dos 6860 hectares, mas nós temos ali algo como 6600 hectares, produto de autos de infração relacionados ao fogo

fora de controle no período mais severo da estiagem daquele ano, aquele ano foi um ano terrível, com todos os esforços necessários foi possível minimizar algumas ocorrências, mas a gente teve algumas ocorrências específicas de grande monta e eu vou destacar uma delas, que é a emblemática ocorrência da Estação Ecológica do Jataí, com 6200 hectares impactados, não dentro da unidade, na unidade foi algo como 1700 hectares, e depois outros 4600 fora, além de outras propriedades particulares que, para além da Zona de Amortecimento que foram impactadas por essa única ocorrência de fogo, então vejam como uma única ocorrência dentro de variáveis, extremas pode ocasionar. Vou fazer um destaque também aqui para o dado de 2023. Nós vínhamos num cenário melhor, mais positivo, menos pior para o ano de 2022, com um percentual de 0,089% quanto aos autos lavrados no Bioma Cerrado para aquele ano, em comparação ao montante de vegetação nativa remanescente do Bioma Cerrado, mas fomos impactados justamente por um auto de infração que eu diria, vou fazer aqui uma contextualização, algo pontual, uma dinâmica infracional pontual, que não fosse esse auto, nós teríamos ali o melhor ano, ou menos pior, dessa série de 2019 a 2023, com 158,55 hectares, produto de algo como 200, 210 autos de infração, que tinha o seu maior montante em áreas até 1 hectare, então eu diria, essa é uma característica quando a gente fala desse total de intervenções, a gente tem um predomínio, especialmente na Mata Atlântica, ele chega, 90% dos autos por destruição são para áreas inferiores a 1 hectares, mas aqui a gente teve um auto de infração que, isoladamente numa dinâmica infracional pontual, responde por 598,05 hectares. O dado é assustador também, mas eu também vou relativizar no sentido de que a autuação se deu por conta de alertas que foram elaborados no âmbito do Mais, dois alertas, não chegam a 1 hectare cada um deles, a Polícia Militar Ambiental, por meio de uma autuação local, também fez um Relatório de Informação Técnica, o conhecido RIT, justamente apontando uma outra área de já de extensão de avanço dessa intervenção, e quando foi a campo, justamente para tomar as providências contra essas duas áreas menores de detecção, se deparou com uma atividade pecuária, numa propriedade que tem mais de mil hectares, e com uma área ali bastante extensa, em que o pisoteio do gado bovino trazia ali impactos nessa vegetação, então, isso é o que justifica, na situação fática ali, pontual, um auto de infração tão expressivo e que justamente, deixa o olhar de atenção quando alguém observa os dados relativos ao ano de 2023. Essa, então, é a análise quanto aos dados específicos de cada um dos Biomas, e agora a gente traz um mapa, uma lâmina aqui com as distintas referências quanto a somatória dessas informações relativas aos dois Biomas. Aqui reforçando, então, quando a gente fala do conceito de destruir se aproxima muito, então, daquele conceito do desmatamento, utilizado e adotado pelo Mapi Biomas e já disseminado na sociedade civil, que são práticas associadas a intervenções por corte raso ou supressão total da vegetação, aí, no caso, o desmatamento. Quando apontamos para o montante da área de vegetação nativa remanescente no estado, já com os Biomas somados, na casa dos 5.670.000 hectares, essas intervenções, de maneira geral, representam no período, 0,34%, o gráfico é a somatória, então realmente, o ano de 2021 é um ano de extrema, de atenção e olhar, identificação de cada um dos autos de infração para reorientação, e os trabalhos internos que são necessários para aprimoramento da fiscalização. Nós temos ali essa totalização de 19.215 hectares, para o período de cinco anos, como referência. Feita então a apresentação nessas três frentes que eu sinalizei no início, ratifico aqui, já foi objeto de apresentação neste mesmo plenário do CONSEMA, a importância desse Painel Verde do estado de São Paulo, enquanto política pública, de publicação, publicização dos dados oficiais, mas também, sem dúvida, como um

elemento orientador das políticas públicas para que a gente possa, com base nos dados oficiais e a realidade que a gente identifica no território, reorientar e aperfeiçoar as políticas públicas, de modo que a gente possa minimizar, preservar e proteger da melhor forma possível toda a vegetação nativa remanescente no território paulista. Muito obrigado.

01:57:09 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Rafael Frigerio, pela apresentação. Vamos passar, então, para a rodada de manifestações dos conselheiros. Inscrição, por gentileza. Cris Murgel, com a palavra, por favor.

01:57:26 Cristina Murgel: Um bom dia a todos. Primeiro parabenizar a SEMIL. Eu sei que esse é um trabalho de longos anos, e a gente que está ali na ponta lidando com os produtores, com a transformação de uso do solo, a gente sabe o quão São Paulo é diferente, o quanto isso, cada vez mais valoriza o produto de São Paulo, valoriza nós, pela agricultura. Obviamente, quando a gente fala do agronegócio em São Paulo, a gente fala de um estado que tem fiscalização, tem instituições seguras e, portanto, certifica uma sustentabilidade. Eu acho que esse trabalho da fiscalização e os dados de desmatamento ele só vem a corroborar isso, e cada vez mais a gente escuta dos setores o quão é importante o estado de São Paulo ter essa base, e ela faz a diferença. Isso está na consciência de todos.

01:58:30 áudio Teams cortou

01:39:10 Cristina Murgel (vídeo YouTube): A minha intervenção aqui, Rafael, a gente teve uma conversa essa semana com a secretária, já combinamos com o Jonatas, uma aproximação nossa com a CFB, com a Cetesb, a gente está entrando, a gente está trazendo a notícia aqui, ontem nós já disponibilizamos 70 PRADAS, nós chegamos ontem, aprovados, já com o termo de compromisso disponibilizado ao produtor. São Paulo, acho, que é o primeiro estado que conseguiu fazer isso no SICAR, e estamos, agora, entrando na fase que eu acho que é a mais difícil, e que eu acho que nós vamos ter um desafio enorme, que é olhar o passado de termos de compromisso, termos de compromisso com autos de infração, estabelecer esses conceitos, interpretações, ver se estamos caminhando, convergimos sobre os mesmos conceitos, sobre as mesmas bases de referências, para que a gente possa dar ao cidadão...

(Áudio Teams retorna)

01:59:32 Henrique Kefalás: Pessoal, o áudio da transmissão foi fechado para nós aqui que estamos online.

02:00:00 Glória Roberta Paffi: Pode retomar Cris.

02:00:10 Cristina Murgel: Então, retomando aqui, Rafael, acho que vai ser importante esse alinhamento nessa fase. A Secretaria da Agricultura está preparando um documento com todas as nossas dúvidas, o que tem nos chegado, nós temos situações muito diferentes. Pela sua apresentação, a gente percebe isso, vocês têm um banco de dados muito grande. Lógico, é o recente, o que ficou lá atrás, o que ficou para trás e agora vem com a análise dos Cadastros Ambientais Rurais, com a questão do conceito de área consolidada e, enfim, toda aplicação do Código Florestal de 2012,

nós vamos ter agora que enfrentar como fazer isso e como colocar isso com segurança para todos. Então, é um pedido, eu devo estar apresentando algum documento para o Jonatas nessa semana, início da outra, para a gente continuar, e parabéns pelo trabalho.

02:01:10 Glória Roberta Paffi: Obrigada conselheira Cris Murgel, a próxima inscrita, Marina.

02:01:13 Marina Belestero: Eu só queria parabenizar o trabalho aqui da CFB. Eu acho que esse modelo do Painel Verde é um exemplo para que a gente usa para pensar em formas de divulgação das informações. Então, a gente usa muito como modelo. Quando a gente pensa em melhorar o RQA, melhorar as formas de divulgação, a gente está sempre se inspirando no trabalho de vocês. E eu queria também divulgar aqui, as informações do Painel Verde elas estão disponíveis no DataGEO, e o detalhamento das ações que o Rafael também colocou aqui, das ações de fiscalização, elas também são apresentadas no Relatório de Qualidade Ambiental anualmente, então, é possível acompanhar a evolução dessas ações e dos resultados nesses dois instrumentos também. Mas no mais, parabéns pelo trabalho desenvolvido.

02:02:01 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Marina. Próximo inscrito de forma virtual, doutor Daniel.

02:02:09 Daniel Smolentzov: Bom dia. Eu quero, em nome da Procuradoria Geral do Estado, tanto dos colegas da consultoria jurídica da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, como também em nome dos colegas que atuam no contencioso ambiental, no nosso Núcleo Ambiental da Procuradoria, parabenizar todo esse trabalho da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e da Polícia Militar Ambiental. Nós, enquanto procuradores que estamos trabalhando no dia a dia dentro dessa sistemática colocada pelo Rafael Frigerio, nós verificamos nos processos a qualidade do trabalho desenvolvido pelas duas instituições, pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e pela Polícia Militar Ambiental do estado de São Paulo, é um trabalho de extrema qualidade e que reflete, portanto, na nossa atuação, enquanto procuradores, na recuperação dessas áreas, através da judicialização desses autos de infração ambiental que não são cumpridos voluntariamente, então, nós dependemos fortemente desse trabalho desenvolvido pelas instituições. Fiquei muito feliz com a sua apresentação, Rafael. Os números, são números positivos, traz um alento aqui para o nosso trabalho do dia a dia, Às vezes nós não conseguimos enxergar o resultado macro que foi colocado aqui no CONSEMA,. Nós estamos trabalhando ali no dia a dia, processo a processo, e é difícil verificar esse resultado macro. Então hoje foi, para mim, especialmente para mim aqui, uma apresentação que me trouxe muita alegria, porque nós percebemos o resultado prático do nosso trabalho. Parabéns a todos os envolvidos, parabéns a todas as instituições. Cris, eu também gostaria de dizer que fiquei feliz com a sua fala, eu acho que nós trabalhamos nessa questão do Código Florestal, particularmente, desde 2012, somos companheiros nesse assunto desde 2012, e é importante nós avançarmos com a implementação do Código Florestal aqui no estado de São Paulo. Eu acho que o setor tem feito a sua parte e nós precisamos, como você colocou, são muitas situações, muitas peculiaridades, mas que nós temos total condições de resolver, colocar isso em cima da mesa, pensar, nos debruçarmos sobre as questões e avançarmos, que

eu acho que é esse o objetivo de todos nós. Então, agradeço pela sua colocação também, coloco aqui a Procuradoria Geral do Estado à disposição para nós, nesse diálogo, tentarmos avançar sempre dentro da legalidade, respeitando os preceitos legais, tanto federais quanto estaduais, toda nossa normativa estadual que nós trabalhamos bastante para efetivar. Muito obrigado.

02:06:20 Glória Roberta Paffi: Obrigado doutor Daniel. Nós agradecemos, obrigada.

02:06:31 Marco Nalon: Bom, só reiterar a importância desse instrumento que o Frigerio nos mostrou, o Painel Verde. Ele tem, acho que uma dupla satisfação interna da casa que sempre almejou ter esses dados ambientais de desmatamento, da dinâmica da vegetação nativa no estado de forma mais clara, que nós ficávamos sempre "surpreendidos" por notícias que saíam de outras entidades externas, que fazem um excelente acompanhamento, mas não tem esse refinamento que a gente colocou hoje. Então, às vezes saíam números que pareciam escandalosos ou grandes demais, e não tinha explicação devida, e agora ficou bem claro qual a discriminação, a gente consegue detectar melhor a tipologia do que aconteceu, se era um licenciamento, se era um fato isolado, acho que isso traz mais transparência para essa dinâmica. Além de parabenizar toda a equipe, que está sempre desenvolvendo o melhor possível, os dados estão muito bem, evoluíram muito na parte de detecção, então a gente tem sistemas hoje de alta resolução e velocidade que a gente nem imaginava há alguns anos atrás, isso dá um grande ganho. O que a gente ainda tem internamente avançando também dá um outro número, da regeneração natural. Então, só para contextualizar, eu estava olhando os números que você mostrou, Frigerio, dá uma média, arredondando, de 5 mil hectares/ano, né? Esses 19 mil hectares em cinco anos e uns quebradinhos. Pergunta: isso é bom? É ruim para o estado de São Paulo? Dentro do que a gente tem, do Inventário Florestal, se a gente pegar a dinâmica que está mais consolidada, de 2000 até a data de hoje, o que a gente tem detectado é que a regeneração natural do estado está por volta de 10 a 15 mil hectares/ano, sem a gente fazer nada, isso é o que a gente detecta no campo. É um dado que já foi corroborado pela própria Map Biomas, e muitos estudos da academia também. Então, algumas regiões listaram isso, ocorre, e na hora que você vê o balanço, perdemos 5 mil/ano naquele, isso é clássico, mas a gente sabe que, pelo menos, no mínimo, o dobro disso foi regenerado. Então, ao longo dessas duas décadas, a gente tem tido isso. Sempre vai haver perda de vegetação, o desmatamento, essa perda zero, ela não existe até naturalmente, a gente tenta minimizar o máximo, fiscalizar isso, mas ela vai ocorrer. Mas o lado bom é que sempre o balanço líquido positivo do estado nessas últimas duas décadas. Então, quando a gente olha essa projeção de cenário que a gente fez para 2040, a gente consegue já ter um ganho significativo, e com as políticas públicas agora, como o Refloresta SP, o próprio CAR, implementação, a ideia é a gente dar uma turbinada nesses números, chegar em um número bem melhor, com certeza, 2040, sim, se tudo ocorrer como está e melhorar mais um pouquinho, a gente chega lá perto dos 30% de cobertura vegetal nativa no estado, tanto contando áreas protegidas como áreas que estão nas propriedades privadas. Então era mais esse contexto e, mais uma vez, parabéns para todos.

02:10:06 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Nalon. Vamos passar ao próximo inscrito, senhor Eduardo Leduc.

02:10:19 Eduardo Leduc: Bom dia a todos. Muito obrigado. Parabéns Rafael e toda sua equipe pelo levantamento dos dados, por apontar as fragilidades e, principalmente, não só para levantar os dados, mas trazer a busca de soluções e a visão estratégica desses dados. Como foi falado pelo colega também, existe uma área sendo recuperada naturalmente, ou com intervenções e programas, que podem neutralizar, porém, a nossa observação, estou falando aqui em área de Mata Atlântica, é que as autuações, as infrações, os embargos, não são respeitados, principalmente quando eles são focos inícios de ocupações irregulares, talvez uma área de um agricultor, uma pessoa que tem uma atividade econômica na área, ele até faz a recuperação para continuar executando a sua atividade principal. No caso das ocupações irregulares, que são áreas menores, mas quando elas se somam, elas são muito e se transformam num problema social para o estado também posteriormente. Então, a gente percebe que as pessoas que são autuadas, aí a Polícia Ambiental faz um trabalho enorme, mas não acontece nada, elas não cumprem o embargo, elas são autuadas por descumprimento de embargo, mas nada acontece, e elas ainda usam essa documentação da infração para pedir depois usucapião, dizendo que já estavam na área. Então a minha pergunta é, o que está sendo feito? E aí eu acredito que talvez a resposta não seja só sua, seja para a própria SEMIL como um todo, o que está sendo feito para o cumprimento destas áreas? A gente não vê recuperação dessas áreas, pelo contrário, as pessoas continuam lá. E a minha segunda pergunta é, por serem áreas não urbanas, elas já são, no estado, Z1, Z2, são áreas de Bioma Mata Atlântica, não são áreas Z4, Z5, onde a prefeitura é mais atuante, aqui fica uma área que ela está no município, mas, aparentemente, a prefeitura não sente a responsabilidade de cuidar das infrações, e dos TACs, e das recuperações, por serem áreas mais já de Bioma Mata Atlântica, áreas rurais, embora estão com ocupação irregulares. Então, minha segunda pergunta é, qual o papel da prefeitura nestas situações de não cumprimento das autuações?

02:12:55 Glória Roberta Paffi: Obrigada, senhor Eduardo Leduc, e vou passar ao próximo inscrito, senhor Belo.

02:13:05 Beloyanis Monteiro: Bem rapidinho. Queria parabenizar o Rafael. Eu acho importante a gente ter esse trabalho, você fez uma apresentação muito legal. Agora em maio, a SOS vai lançar os dados da Mata Atlântica, e é legal a gente poder trabalhar em conjunto, Map Biomas, todas essas entidades que estão trabalhando com o mapeamento, e fazer um trabalho mais integrado, acho importante. E eu queria aproveitar, secretária, e reforçar a fala do Roberto, que é uma história que a gente tem sido demandado, é a questão da Raposo. Eu recebo as denúncias na SOS direto, e aí é uma coisa que a gente precisa falar mais, discutir mais, para a gente poder entender e poder responder as demandas que estão surgindo da sociedade, acho que é um ponto importante e, antes que se alastre mais, eu acho que é legal trazer aqui para o CONSEMA esse debate. Muito obrigado e parabéns, viu Rafael? Muito bom o trabalho.

02:14:06 Glória Roberta Paffi: Obrigada, senhor Belo. Próximo inscrito, Paulo Nelson.

02:14:15 Paulo Nelson do Rego: Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a secretária, cumprimento a todos na pessoa da secretária Natália. Primeiro, queria parabenizar pela apresentação, acho que é de fundamental importância para todos

os que estão ligados ao Sistema Ambiental, ter dados concretos do que existe e como está sendo feita a atuação, e quais são as realidades que nós enfrentamos. A minha manifestação vem no sentido de entender duas coisas: primeiro, dessas autuações que a gente tem e a gente vê, que eu eu tive o cuidado, inclusive, de entrar na plataforma e vi que ela é bem detalhada, existem vários autuados que fazem recursos, o quanto desses recursos são procedentes ou improcedentes, ou viram TAC, não sei se esse dado ele é possível de ser individualizado. Complementarmente, eu acho assim, foi colocado ali a importância de se buscar os termos de ajustamento de conduta dentro dos desmatamentos, e eu entendo que essa é uma postura que deve ser estendida a todas as infrações ambientais, quando a gente tem a Cetesb, a gente vê que muitas vezes alguns autuados eles, ou pagam a multa ou ficam realmente num questionamento de alongamento judicial, quando na realidade, eu acho que o sistema ganha muito quando busca trazer todos esses infratores para fazer uma recomposição específica, porque a gente sabe que o caminho do judiciário e o caminho da simples cobrança de multas, não levam aquilo que é essencial, que é a recuperação do meio ambiente, as compensações devidas. Então fica aqui a minha proposta, de a gente sempre trazer dentro do âmbito da Cetesb, de todas as infrações, além daquelas que sejam de desmatamento, essa sistemática de negociação e de efetividade. Obrigado.

02:16:33 Glória Roberta Paffi: Obrigada, conselheiro Paulo Nelson. Vamos passar ao próximo inscrito, o senhor Luiz Valentim.

02:16:48 Luiz Valentim: Bela apresentação, Rafael. Parabéns. É muito interessante, o Nalon colocou uma questão que eu acho que é fundamental também fazer esse balanço de perdas e ganhos, acho que isso é muito importante até para a gente compreender realmente o caminhar dessa condição ambiental aqui no estado de São Paulo. Eu acho que isso me parece fundamental e até entender as razões desta perda e deste ganho também, quais são as forças motrizes que levam a gente ter essa supressão e também o que, dentro desse contexto de sustentabilidade ambiental, também como é que nós estamos ganhando isso se, por força do estado, por mecanismo outros que talvez a gente até desconheça. O setor saúde está atento a isso, o Painel Verde é muito importante. A supressão tem influências na qualidade de vida, a questão da qualidade do ar também, para nós é muito importante, influência ou impactos e pressões nos mananciais, que pode influenciar a água para consumo humano, então o setor saúde também olha para essas questões como determinantes ambientais da saúde como fundamentais. Eu queria saber um pouco de você, eu sei que não é o objetivo maior, você apresentou os dados de maneira geral, mas qual é a influência de determinadas forças motrizes também em relação ao desmatamento nas regiões metropolitanas, ou na região metropolitana de São Paulo, derivada da expansão urbana. A gente tem visto bastante em relação a isso, é um aspecto muito importante, tem uma série de aspectos relativos a isso, inclusive de crime organizado, como foi dito aqui de passagem, mas qual é a significância dentro de todo esse conjunto que você apresentou do desmatamento, dessas alterações de vegetação nas regiões metropolitanas, por força da expansão urbana, dessas cidades expandidas, que a gente tem visto e tem sido discutido no Plano Urbanístico, inclusive. Você poderia falar alguma coisa a respeito disso?

02:18:59 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Luiz Valentim. Vou retomar aqui para a inscrição. A inscrita Gilda Nunes, senhora Gilda, se encontra?

02:19:09 Gilda Nunes: Sim, me encontro, sim. Bom, eu queria agradecer ao Rafael pela apresentação. É uma ferramenta muito importante, mas eu gostaria de colocar, de ponderar algumas coisas. Primeiro, houve aumento de 2022 para 2023, então eu acho que a gente precisa verificar o que houve, porque se a gente considerar nos últimos anos houve redução, mas de 2022 para 2023, houve um aumento bastante significativo. Com relação também, eu vou focar também na questão do VRA, porque a Polícia Ambiental, aí, major, eu peço uma atenção especial do senhor, com relação à capacitação dos policiais ambientais que vão a campo, porque assim, a gente faz uma denúncia que houve um desmatamento, mas chega lá, tem um VRA, e aquele VRA não é um VRA que permite aquele desmatamento, porque o VRA não permite desmatamento, ele permite algumas coisas apenas, só que as pessoas pedem de forma irregular para simplificar um VRA, e o policial ambiental vai lá, verifica que tem o VRA, ele já dá denúncia improcedente, mas ele não verifica o que foi desmatado, se está de acordo com o VRA e, como eu já tenho apontado, eu acho que seria importante uma verificação também por regiões, eu peço para o Rafael que, se possível, faça um levantamento por regiões, porque nos números dele, constam os desmatamentos não licenciados, não autorizados, só que quando você tem um número de VRA enorme, pedido de forma irregular, e aí também eu peço para o doutor Daniel para que converse também entre vocês, que conversem, porque assim, qual que é a penalidade que essas pessoas... se está ocorrendo para essas pessoas, porque muitas pessoas nem são as proprietárias dos lotes, das áreas, então assim, depois você não encontra mais essa pessoa que preencheu o VRA, você não consegue notificar, enfim, você tem um problema bastante grande, inclusive, para a CFB conseguir cancelar esse processo de VRA, porque eu acho que não tem legislação, pelo que eu entendi, que permite esse cancelamento desses VRAs que foram dados de forma irregulares, então aí fica uma discussão da pessoa que pediu o VRA com a CFB, e isso não acaba não resolvendo o problema. Então eu entendo que, com relação também ao balanço que foi colocado aqui, o que houve de desmatamento e o que houve de recuperação, esses números que foram apresentados são os desmatamentos irregulares, não é? A gente tem todo o desmatamento regular, que foi pedida autorização, então o balanço tem que ser feito com base no desmatamento geral do estado e não com base só nas autorizações, no que foi autorizado, no que está irregular. Então, se a gente verificar dessa forma, é como se a gente estivesse ganhando áreas vegetadas e, na realidade, a gente continua perdendo, ou não, por isso que seria importante apresentar esses números para a gente. Mas eu gostaria que vocês tivessem um pouco mais de atenção com relação ao litoral, áreas de proteção nos limites do parque, com VRA, áreas que não são permitidas de desmatamento, estão nos Planos de Manejo, enfim, isso tudo não está sendo verificado, porque quando a pessoa pede o VRA, é auto declaratório, ela não precisa nem comprovar a propriedade da área, ela pode apresentar qualquer coisa, e a gente está pegando muitos casos, eu já apontei alguns para a Cetesb, mas são inúmeros casos, principalmente em ano de eleição, muitas vezes, ou o município faz vista grossa, são muitas áreas públicas sendo invadidas e falando que aqui no litoral a gente está com muitos casos de dengue, justamente porque a gente está invadindo todas essas áreas. Então assim, a gente está invadindo, está levando o lixo para áreas de mata, enfim, é bastante preocupante, eu acho que tem que ter um olhar especial para essa nossa região aqui. Eu acho que, na realidade, não é só o litoral norte, o litoral como um todo, está passando por essa situação. E lembrando que a área que mais cresce no estado de São Paulo, a tendência é que mais pessoas

venham morar para cá, os números são até alarmantes, que 70% da população do Brasil vai estar no litoral, então, se a gente não cuidar disso agora, se vocês olhem nos primeiros mapas que foram apresentados, a faixa verde que a gente tem é o litoral, são os parques. , são a Serra do Mar. Quer dizer, o estado como um todo, é o que mais a gente vê de verdinho é essa região, agora, se não tiver um cuidado especial com esse local, então também a gente vai perder muito mais do que na realidade poderia estar cuidando para que não se perdesse. Então, fica a minha fala registrada a respeito disso.

02:24:27 Glória Roberta Paffi: Obrigada, conselheira Gilda Nunes. Eu passo agora para o próximo inscrito, coronel Leandro Navarro.

02:24:34 Leandro Navarro: Parabéns Rafael, pela apresentação. Isso não é surpresa para a gente, esse quadro vem se construindo ao longo da história. Policiamento ambiental faz fiscalização desde 1949, da sua criação, consolidado no artigo 195, parágrafo 1º, da Constituição do estado de São Paulo de 89. Então, fiscalização está na nossa genética, é a razão de ser, e é o que a gente faz de melhor. Essa questão do monitoramento por satélites, eu lembro, eu era tenente ainda, pouco se falava no Brasil a respeito de monitoramento, e a gente já tinha alguns *insights* no policiamento ambiental, fazendo ali imagens impressas, e a gente fazia de maneira bem arcaica mesmo, mas na época, era o que tinha de tecnologia. Hoje a gente já faz um outro panorama, e eu acredito muito nisso, a tecnologia, e eu já falei aqui também para vocês, apesar da gente ter hoje, a Polícia Militar, em termos gerais, ela tem, por N fatores também, ela tem o seu menor efetivo na história, mesmo assim, os indicadores criminais do estado de São Paulo, principalmente aqueles de violência, roubo, homicídio, eles caem, e não é diferente na questão ambiental, isso por quê? Porque a gente está usando a tecnologia e os sistemas de inteligência com muita assertividade, então o meu foco, estou trabalhando isso, estou fazendo uma reprogramação, viu secretária, com relação a todos os nossos planejamentos estratégicos no policiamento ambiental e focando muito nas questões dos programas de governo, das questões ambientais, mas principalmente na questão de tecnologia, tecnologia para nós hoje é fundamental para a gente poder soltar nossos homens e mulheres que estão na rua, que estão nas Unidades de Conservação, a gente soltar eles com a maior assertividade possível para eles irem a campo e fazerem esse trabalho que está dando esse resultado. Apesar do menor efetivo, a gente está acertando mais. Temos gargalos, a questão da faixa litorânea é prioritária para nós, mas a gente tem gargalos, e um deles é o nosso TCRA, que a gente precisa também sentar, que é um instrumento, em razão do atendimento ambiental, que o Rogério já falou, que foi uma construção também da conciliação, e está dentro de um programa de polícia comunitária, de resolver os problemas de forma célere e com potencial realmente de recuperação, então, eu acho que a gente tem que investir nisso, a gente tem campo para crescer, a gente já tem maturidade hoje, e eu acho que tem campo para melhorar, tanto no atendimento ambiental como também nos TCRAs, para a gente ter realmente um maior ganho com relação a recuperação da nossa vegetação nativa, tão importante para a questão climática, para estratégia de recurso hídrico, enfim, está tudo interligado. Mas muito obrigado. Parabéns, estamos juntos, disponham sempre da gente.

02:28:29 Glória Roberta Paffi: Obrigada, coronel Leandro Navarro. Passo agora as respostas à Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, Rafael Frigerio.

02:28:39 Rafael Frigerio: Tudo bem, obrigado, Roberta. Primeiro lugar, faço aqui um agradecimento pelas menções positivas quanto a todo o trabalho desenvolvido, e aqui um reforço, que por trás de todo esse trabalho a gente tem, do lado da CFB, mais de 30 equipes de trabalho distribuídas nas distintas regiões e porções do território paulista. A Polícia Militar Ambiental, com toda a sua capilaridade, seus cinco batalhões, seu efetivo, por mais que esteja, no momento, ali com alguma redução, mas sempre demonstrando o afinco e a necessidade de atuar com os melhores e maiores esforços possíveis, no qualitativo, no quantitativo, então fazer uma menção de agradecimento aqui em nome de todos aqueles, que dia a dia, fazem com que esses dados possam ser apresentados aqui como produto do trabalho que é realizado auto a auto de infração, pegando até um ponto aqui que o doutor Daniel colocou, a gente sempre tem que ter um olhar de cada situação fática, de cada ocorrência, de cada providência, de cada auto de infração e distintas outras providências, mas também sempre esse olhar macro, importantíssimo. Vou aqui por ordem, aproveitar que eu já falei aqui desse contexto do CFB e policial militar ambiental, endossar a fala do coronel Navarro...

02:29:51 áudio Teams falhou

02:10:34 Rafael Frigério (vídeo YouTube): Estamos juntos, sempre, sim, com toda a humildade e olhando para os gargalos, entendendo tudo aquilo também que já avançou, medidas estruturantes que a gente tem desenvolvido nessa parceria de integração conjunta nos últimos anos. Sem dúvidas, a gente tem alguns novos desafios, eu mencionei os 10 anos do Programa Estadual de Conciliação Ambiental, entendo que é um tema que a gente pode até trazer como pauta em alguma reunião futura neste ano de 2024, mas, sem dúvidas, a gente tem muitos elos nessa etapa do fluxo mais amplo da fiscalização, e conforme a gente vai ajustando algumas delas, nem sempre a gente tem o mesmo gás e fôlego, e condições objetivas de avançar, de chegar ao mesmo tempo nos resultados de avanço para as outras frentes. Vou destacar, temos um grupo hoje entre Procuradoria Geral do Estado, comando de policiamento ambiental e CFB que está perenizado e continuamente discutindo questões que possam trazer melhorias, aperfeiçoamento no processo administrativo, nas normativas, nos regulamentos, e entendendo também o que o território está nos mostrando de novo, e também temos que ser objetivos, qual a jurisprudência no judiciário em relação a tudo aquilo que a gente preconizou e trabalhou? Então temos que estar sempre, continuamente, nos ajustando, e faço menção a esse fórum, porque é um fórum que nos dá respaldo e força para que a gente possa encontrar os melhores caminhos, sempre respeitando o cidadão, o autuado, o cidadão, e todas as prerrogativas necessárias para que o processo seja adequado e possa ocorrer da melhor forma possível, então estamos juntos nessa busca para que a gente possa melhorar... Estamos ouvindo vocês.

(Áudio Teams retornou)

02:32:50 Rafael Frigério: Nós ouvem? Vamos lá, seguindo aqui, vou procurar não me alongar muito, mas vou aqui, na sequência. Então, Cris Murgel, importante suas colocações, ficamos à disposição, já estamos trocando mensagens, justamente, temos um desafio nesse contexto que você citou, de avanço de todas, esses 70 PRADAS já aprovados e disponibilizados ao produtor, e todo o cenário de dúvidas

quanto a questões que a gente tem de compromissos firmados preteritamente, muitos deles vinculados a autos de infração ambiental, e que a gente possa encontrar os crivos adequados para dar os devidos andamentos, para dar o devido andamento em cada uma das situações. Marina, é importante ter o Paineiro Verde como referência de publicização e, entendendo CPLA na dianteira também de outros instrumentos e ferramentas, então, participando, voz ativa e participante de toda essa construção. Menção do doutor Daniel, fiz aqui já um comentário, importante a sua colocação quanto a possibilidade de vermos esse quadro de maneira mais geral, e também o endosso seu quanto a fala da Cris, quanto às peculiaridades e as situações, muitas que a gente tem, mas que nós vamos nos debruçar e encontrar os devidos caminhos na integração entre as duas pastas para o melhor andamento desses instrumentos que foram abordados. Marco Nalon, importantíssima a sua referência, acho que vamos trazendo outros elementos, importante nessa visão ampla e sem dúvida, importantíssimo a gente fazer esse balanço e ter se olhar contínuo entre a destruição e todo o cenário de recomposição, de recuperação de áreas. Você traz o cenário da regeneração natural, mas também todo o foco que a gente tem nas medidas de reparação de danos vinculadas aos autos de infração ambiental, que representam, ano a ano, um montante de compromisso, no mínimo, na casa dos 2500 hectares, então, justamente com a reunião dos esforços na distintas linhas de atuação, a gente vai somando todo um grupo de áreas que vão, sem dúvida, nos auxiliar nesse, espero que a gente tenha todo esse cenário promissor estabelecido de fato, e nós vamos ter, para que a gente possa aumentar esse percentual de vegetação nativa no estado de São Paulo nesse patamar sinalizado pelo Nalon dos 30%. Em sequência, Eduardo Leduc, importantíssima a sua colocação, são pontos, temos aqui consciência de pontos de fragilidade, gargalos, pontos de vulnerabilidade, mas também ciência de todo o olhar estratégico, a visão que vem sendo constituída pelo poder público estadual, nas suas distintas vertentes. Você fez duas colocações importantíssimas, você fala da questão do descumprimento de embargo, a gente já sabe que não adianta só autuar, e achar que o instrumento, o auto de infração, e os compromissos para a devida reparação do dano por si só vão garantir o cenário positivo, não. Quem está empreendendo na intervenção irregular tem suas estratégias também, e nós temos que ter estratégia justamente para, uma vez descumprido o embargo, ter uma nova autuação, mas uma estratégia conjunta indo já para os outros pontos da sua pergunta, com os entes municipais. Quando a gente fala, e aqui eu vou trazer uma referência que para nós é um grande aprendizado, eu posso falar, cheguei na Fiscalização Ambiental Estadual no ano de 2017, entendo que isso já vinha de um momento anterior, mas é a consolidação da perspectiva da fiscalização ambiental integrada. Então hoje, para que a gente tenha eficiência e efetividade no território onde existem dinâmicas infracionais que não vão se abalar por uma presença de uma patrulha da polícia ou por um auto de infração lavrado, é o quê? É a reunião de esforços, cada qual nas suas atribuições, para que a gente possa, em conjunto, ter, primeiro, básico, um diagnóstico das áreas de pressão no território, ali, objeto da autuação integrada, e com base nesse diagnóstico das áreas de pressão, que a gente possa ter, para cada tipologia infracional, para cada dinâmica que é identificada no território, alguma estratégia, isso aqui conversa, já vou até em resposta também a colocação da Gilda Nunes, que de uma forma ou de outra, também vai nessa linha. Sim, o território litorâneo é um território de especial atenção. A gente tem uma série de políticas públicas históricas de fiscalização ambiental integrada nesses territórios, não só no litoral norte, como bem colocou a Gilda Nunes, Baixada Santista, litoral sul, áreas que têm dinâmicas sim, com o crime organizado, assim como na minha

apresentação, eu fiz mais menção aos mananciais, mas eu diria que a gente tem determinados trechos do nosso litoral, especialmente a Baixada Santista, que têm uma dinâmica de crime organizado, de infrações no território, que precisam de estratégias outras, mais robustas, com grande aparato, estrutura de fiscalização. A Polícia Militar Ambiental é exemplo disso, quando reorienta e cria um grupo especializado, o Gepard, de atuação em áreas de risco, justamente entendendo que essas dinâmicas infracionais já transcendem a matéria ambiental. A gente já tá falando ali também de segurança pública, e, na linha, ou melhor, vou aqui na lógica ainda respondendo o Eduardo, o que está sendo feito? Eu diria que identificadas dinâmicas no território que demandam esse tipo de atuação integrada entre as distintas esferas e os distintos entes de cada, sejam municipais ou sejam entes locais, veio para ficar, nós não temos mais como fugir disso, nós vamos ter que potencializar, amplificar e ter mais e mais grupos de fiscalização integrada para que a gente possa ter essa reunião de esforços, e a pergunta muito boa, qual é o papel da prefeitura? O papel da prefeitura é fundamental. A prefeitura tem que zelar pela sua atribuição quanto ao uso e ocupação do solo, regramento urbanístico e, sem dúvida, e posso dizer, temos situações fáticas, objetivas, de municípios que encampam essa necessidade e, em conjunto, reunião de esforços com os entes estaduais, a gente vem colhendo bons resultados, e mostrando no território, transmitindo uma mensagem nesse território que a gente precisa retomar o controle de que o estado está presente, e você não vai ter vida fácil quanto a continuidade, porque nós vamos trabalhar para acessar esse dano e depois ter todo um trabalho de recuperação, reparação, mas vou fazer aqui uma militância positiva no sentido de que essa não é só uma questão ambiental, ela é uma questão que demanda uma política de estado com todas as vertentes relacionadas à habitação, segurança pública, assistência social, nos casos em que houver ali um cenário de crime organizado se aproveitando da vulnerabilidade, em determinadas localidades do território. Então, pergunta muito importante e acho que a gente deixa aqui, também pode ser um tema a ser abordado em algum momento, a potência da fiscalização ambiental integrada e, quem sabe, trazer bons exemplos de municípios que vem se preparando, se estruturando, se capacitando para garantir que a gente possa ter uma estrutura mais adequada nessa integração de esforços. Beloyanis, importantíssimo. Já é de conhecimento, Map Biomas, SOS Mata Atlântica, nosso espírito é de poder dialogar e absorver, e ter trocas de experiências da melhor forma possível para que a gente possa aperfeiçoar esse trabalho. Exemplo disso, a gente tem um acordo de cooperação técnica com o Map Biomas, temos, participamos recentemente de uma oficina puxada pelo Map Biomas e pelo SOS Mata Atlântica, justamente tratando das questões de detecção e das intervenções nesse bioma, então nós estamos de portas abertas e queremos fomentar momentos de diálogo e de troca para que a gente possa, em conjunto, nessa reunião dos esforços, entre poder público e sociedade civil, encontrar os melhores caminhos e, quem sabe, esses índices possam melhorar ano a ano com base em todo esse trabalho. Em sequência, vou ver se eu não vou perder nenhum dos pontos aqui. Paulo Nelson, pergunta aqui desses autos de infração, se a gente tem informações sobre os recursos. Essas informações não estão no Painel Verde, mas sim, a gente trabalha sempre com um olhar de poder ter o maior índice de comparecimento, primeiro, que o autuado compareça à sessão de atendimento ambiental, mas depois que a gente possa ter o melhor índice de conciliação nessas sessões, porque uma vez havendo conciliação, a gente minimiza as instâncias recursais, já saí da sessão de atendimento ambiental, que tem que acontecer em até 60 dias após a lavratura do auto, com o boleto de pagamento relativo à multa e com

um termo de compromisso firmado, garantindo ali o compromisso para devida reparação do dano. Luiz Valentim, fundamental esse balanço de perdas e ganhos e suas razões. É importante que a saúde esteja atenta à saúde, inclusive, mais recentemente, integrando o comitê executivo da operação São Paulo Sem Fogo, então vamos atuando nas distintas vertentes, a saúde, com seu olhar de saúde pública, dos impactos que a gente tem da emissão de poluentes atmosféricos na população, que está na área de influência dessas ocorrências. E você fez uma pergunta, qual a influência de determinadas forças na expansão das áreas urbanas, e eu diria isso: são os vetores de pressão, a gente pode elencar alguns territórios hoje, mananciais, algumas porções do litoral paulista, com um perfil de pressão que justamente preocupa e que está em todo esse cenário da metrópole e da necessidade, bom, aqui acho que todos entendem o que está por trás dessa problemática e quais são os vetores de pressão, e com um viés que representa um grande desafio, que é você ter forças que estão remando contra, no caso, todas as estruturas de crime organizado que se beneficiam dessa lógica, que eu costumo adjetivar, é uma lógica perversa, em muitas situações que acaba se aproveitando daquele cidadão ou cidadã que está vulnerável, que tem o sonho da sua moradia e que cai num golpe de pagar 10 mil reais de entrada, 20 parcelas de mil, ou 10 parcelas de mil, para ir no local em que depois nós, enquanto poder público, estadual e municipal, vamos ter que cumprir a nossa obrigação, que é, se for uma moradia não habitada, estabelecer o devido desfazimento, e zelar pela recuperação dessas áreas. Eu acho que eu passei por todos os comentários, né? O da Gilda, que estava aqui em separado, me parece que, bom, eu ponderei sobre a questão. Entendo que é um grande desafio, ponderei sobre, sim, o litoral é uma área de importância e prioridade na nossa atuação e acho que aqui é importante, o coronel, nós vamos fazer um alinhamento para entender que situações fáticas a gente vem tendo quanto ao VRA, a gente vem trabalhando em algumas delas, mas entendo que uma vez que o policial militar ambiental tiver em campo, identificar que aquela autorização do VRA não condiz com a situação fática identificada, é o mau uso dessa autorização, e podemos lavrar um auto de infração já de imediato, mas sem dúvida é um trabalho também em conjunto com a Cetesb, de entender como a gente pode valorizar essa ferramenta que é importantíssima para dar celeridade naquilo que deve ser objeto dos pedidos, e como a gente pode trabalhar em conjunto para minimizar os efeitos adversos desse cenário aqui, relatado pela Gilda Nunes, que já vem sendo relatado há algum tempo, importante que a gente tenha conhecimento dessas situações fáticas e se debruce para avaliar tudo isso. Eu acho que eu percorri aqui por todos os pontos de comentário, se faltou algum, fico à disposição aqui também para manifestações.

02:44:29 Glória Roberta Paffi: Obrigada, Rafael, pelos esclarecimentos. Passo agora às considerações finais da senhora secretária Natália.

02:44:35 Natália Resende: Obrigada, Roberta. Acho que o Frigerio esgotou muito bem, com toda a sua conhecida competência, acho que cabe a mim aqui parabenizar muito o trabalho de vocês, o trabalho da nossa Coordenadoria, o trabalho da nossa polícia ambiental, coronel, eu fico muito feliz de saber que esse assunto, que é de extrema prioridade aqui para Secretaria, está sendo tocado já há um tempo, já há bastante tempo nas nossas equipes, e com a qualidade que a gente viu um pouquinho aqui hoje. A gente tem muito mais, a gente faz muito mais coisas aqui, mas é importante trazer aqui para esse conselho um pouco do que a gente vem trabalhando há um bom tempo e valorizar essas ações, porque, de novo, isso é prioridade. Então

a fiscalização é algo que a gente tem que fortalecer, tem sim, que sempre olhar e sempre perseguir esse aprimoramento que a gente vem fazendo em conjunto. Então eu acho que isso é importante, deixo aqui meus agradecimentos como secretária, como cidadã também, acho que é muito importante tudo isso que vem sendo feito, a gente quer sempre melhorar. E aí, tanto na fiscalização, como foi muito bem colocado, na prevenção, na preservação, restauração, foi colocado aqui o que se está sendo feito, muito está sendo feito no nosso plano, até que a gente lançou no ano passado, no Dia Mundial do Meio Ambiente, a gente colocou lá como um dos carros chefe, a questão de restauração, e é uma meta de colocar em restauração até 2026, de 37,5 mil hectares, em várias frentes que a gente está falando, Conexão Mata Atlântica, Refloresta, os próprios termos, formação de corredor ecológico e aí, em cada uma delas a gente vem trabalhando em várias linhas, ações de curto, médio, longo prazo, como política de estado e envolvendo os vários atores que têm que estar envolvidos nisso, e aí o papel da prefeitura é muito importante, muito importante. Isso é uma coisa que, da parte do estado, pode ter certeza que a gente vai fazer, vai levar todas as possibilidades, todos os instrumentos, seja via capacitação do ZEE, que a gente vem fazendo aqui, o próprio Programa Município VerdeAzul, tudo que a gente tiver de mecanismo, em todos os projetos, a gente tem tentado sempre essa articulação via ANAMMA, no próprio projeto de desestatização da Sabesp, a gente está colocando a questão dos fundos municipais para todos os 375 municípios para pegar 4% da receita da concessionária no município para ela usar em atividades vinculadas a drenagem, a questão de resiliência hídrica, vinculada a essas questões de preservação do meio ambiente. Então, tudo o que a gente vem fazendo a gente vem trazendo, vem tentando agregar as prefeituras, porque é onde tudo ocorre, lá na ponta. Então, todas as iniciativas que a gente faz aqui a gente tenta, da nossa parte, do estado, nós vamos fazer, nós já estamos fazendo. E aí, claro, a gente sempre conta com a participação e o apoio da sociedade civil para ajudar a gente a fazer isso, para ajudar a gente na educação ambiental, que é uma coisa que a gente vem, Malu, tentando sempre também bater muito na tecla, é longo prazo, mas precisa, a gente precisa, e o estado de São Paulo é referência já, e vai ser muito mais, então, só para reforçar tudo o que foi falado aqui pelo Frigerio, pelo coronel também, colocar a Secretaria sempre à disposição, vou colocar aqui na pauta para a gente discutir mais sobre a Raposo, e aí eu vou ver com o pessoal da Secretaria, conselheiro, para a gente trazer o pessoal da SPI aqui também para falar um pouquinho mais do projeto, então, só me lembra, Roberta, depois da gente falar lá com o pessoal, para trazer, para a gente explicar um pouquinho mais aqui do projeto. E é isso, gente. A gente agradece muito a participação. Parabenizo de novo, para mim, é sempre um prazer estar aqui com vocês. Vamos em frente que tem muita coisa para a gente fazer, muita coisa boa. Parabéns, muito obrigada, um ótimo dia para todos aqui.

02:48:55 Glória Roberta Paffi: Obrigada. Por fim, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente reunião. Obrigada.